



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mirna Tetzner Ramos

Uberização e Teoria da Reprodução Social: Repercussão na vida das mulheres

Vitória, ES

2021

Mirna Tetzner Ramos

Uberização e Teoria da Reprodução Social: Repercussão na vida das mulheres

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Ciências Sociais do Cen-
tro de Ciências Humanas e Naturais da Uni-
versidade Federal do Espírito Santo, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Sociais.

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Departamento de Ciências Sociais

Orientadora Prof.^a Dr. Livia de Cássia Godoi Moraes

Vitória, ES

2021

Mirna Tetzner Ramos

Uberização e Teoria da Reprodução Social: Repercussão na vida das mulheres

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Trabalho aprovado. Vitória, ES, 21 de Maio de 2021:

**Prof.^a Dr. Lívia de Cássia Godoi
Moraes**
Orientadora

Ana Paula Fregnani Colombi
Avaliadora

Arelys Esquenazi Borrego
Avaliadora

Vitória, ES
2021

À todas as mulheres e meninas Brasileiras.

Agradecimentos

Agradeço à minha Orientadora Prof. Livia de Cássia Godói Moraes que me motivou e incentivou na produção deste trabalho, mesmo nesse momento tão difícil de pandemia e isolamento social. Apenas com o seu apoio foi possível que essa pesquisa se concretizasse.

Agradeço à minha família que esteve presente o tempo todo dando suporte físico e psicológico necessários durante todo o meu percurso pessoal e acadêmico. Aos meus amigos que acreditaram no meu potencial e tornaram essa tarefa mais leve.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis (GPTP) no qual pude aprender um pouco mais sobre aspectos da escrita acadêmica, conhecer novas teorias e textos importantes para a minha formação.

Agradeço também às Avaliadoras que tão prontamente se dispuseram à leitura desse trabalho. Acredito que a contribuição de vocês será muito importante na minha caminhada, na tarefa contante de construção e aprimoramento do meu pensamento crítico.

Por último agradeço à todas as mulheres que batalham e a muito tem batalhado pela vida em todas as partes da terra.

Resumo

O objetivo dessa pesquisa foi o de fazer uma análise orientada pela Teoria da Reprodução Social, sobre o impacto do atual processo de uberização do trabalho na vida das mulheres brasileiras. No primeiro capítulo trago alguns conceitos da Teoria da Reprodução Social e contextualizo seu desenvolvimento teórico. Na segunda parte do texto traço um breve histórico do desenvolvimento da organização do trabalho e aponto as principais características que têm sido identificadas pelas(os) teóricas(os) dos estudos do trabalho no processo de uberização. No capítulo final produzo a análise proposta da condição de vida das mulheres embasada nas teorias expostas nos dois capítulos anteriores. Concluo que as novas formas uberizadas de trabalho do atual estágio do Neoliberalismo têm se apoiado cada vez mais no trabalho não pago das mulheres no Brasil e de que o discurso do feminismo liberal e o movimento neoconservador têm reafirmado papéis de gênero necessários para a manutenção dos processos de reprodução social ao menor custo possível.

Palavras-chaves: Uberização. Teoria da Reprodução Social. Marxismo. Neoliberalismo. Neoconservadorismo.

Abstract

The objective of this research was to make an analysis guided by the Social Reproduction Theory, over the impact of the current work Uberization process on the lives of Brazilian women. In the first chapter I bring some concepts of the Social Reproduction Theory and contextualize its theoretical development. In the second part of the text I draw a brief history of the development of work organization and main points that have been identified by the theoretical of the work studies working in the Uberization process. In the final chapter I produce the proposed analysis of women's life patterns based on the theories exposed in the two previous chapters. I conclude that the new uberized forms of work of the current stage of Neoliberalism have increasingly relied on the unpaid work of women in Brazil and that the discourse of liberal feminism and the neoconservative movement have reaffirmed gender roles necessary to maintain the processes of social reproduction at the lowest possible cost.

Keywords: Uberization. Social Reproduction Theory. Marxism. Neoliberalism. Neoconservatism.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	8
2	TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL	11
2.1	Contexto	11
2.2	Uma Teoria Unitária	14
2.2.1	Desnaturalizando Reprodução de Seres Humanos	14
2.2.2	Valor de Uso	15
2.2.3	Totalidade Social	16
2.2.4	Família e Trabalho Reprodutivo em Outras Esferas	17
2.2.5	Trabalho Reprodutivo e a Condição de Gênero	18
2.2.6	TRS e o Neoliberalismo	21
3	TRABALHO UBERIZADO	24
3.1	Modelos produtivos	24
3.1.1	A sociedade Taylorista/Fordista	24
3.1.2	A Sociedade Toyotista	26
3.2	A Economia do Compartilhamento	28
3.3	Uberização: Principais categorias	30
3.3.1	Gerenciamento Algorítmico	31
3.3.2	Autogerenciamento subordinado: Trabalhador <i>sob demanda</i>	34
3.3.3	Crowdsourcing	36
3.3.4	Gamificação	37
3.3.5	Trabalho amador	38
4	PROPOSIÇÕES PARA UMA CONCEPÇÃO UNITÁRIA DO PROCESSO DE UBERIZAÇÃO NO BRASIL	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	53

1 Introdução

A teoria que utilizaremos como base para a análise a que se propõe esse trabalho será a Teoria da Reprodução Social. O objetivo da proposta é compreender os impactos das novas configurações das relações de trabalho ¹, típicas da Economia do Compartilhamento² e possibilitadas pelo avanço neoliberal no desmonte de direitos da classe trabalhadora, sobre a população brasileira e mais especificamente sobre as mulheres. A Teoria da Reprodução Social, com sua compreensão da totalidade social e sua articulação das esferas do trabalho produtivo e reprodutivo nos proporciona um olhar capaz de fornecer uma leitura mais ampla sobre os impactos das novas formas de precariedade nas relações de trabalho gerenciadas algoritmicamente na vida das mulheres brasileiras.

Esse trabalho se justifica tendo em vista a necessidade de ampliar os estudos acerca do impacto da reestruturação produtiva na esfera da reprodução social, mais especificamente no contexto do Estado brasileiro. Com o avanço das reformas trabalhista³, previdenciária ⁴, do teto de gastos em educação e saúde ⁵, do projeto de lei ainda em curso chamado de “marco legal das startups”⁶, (reformas estruturais que visam consolidar na sociedade e no Estado brasileiros a fórmula do modelo produtivo neoliberalista em seu estágio técnico atual), a classe trabalhadora brasileira fica mais penetrável às empresas-aplicativos, tanto estrangeiras como nacionais, e seu modelo gerencial. Segundo uma pesquisa do Instituto Locomotiva⁷ em 2019 aproximadamente 5,5 milhões de brasileiros estavam cadastrados em aplicativos como Uber, 99, iFood e Rappi...(Esse total inclui profissionais autônomos e os que têm emprego fixo, mas usam apps como complemento), estima-se que com a pandemia de Covid-19 iniciada em 2020 e o subsequente aumento do desemprego esse número possa ser bem maior atualmente.

Meu interesse é pensar como, nessa configuração atual de precarização das relações de trabalho produtivo, se configura o trabalho reprodutivo das mulheres. Particularmente os estudos de gênero sempre me foram muito caros, seja por sua urgência no contexto brasileiro e capixaba, por minha própria condição nesse contexto e de muitas mulheres que sofrem ou estão sujeitas à violências de todo tipo de grau e forma, em âmbito público, privado, na esfera política... e pelo forte ímpeto de compreender as formas como se condicionam

¹ Possibilitadas pelo avanço tecnológico representados pelos Smartphones e sua popularização.

² Tema de que trataremos a diante (3.2).

³ LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017

⁴ PEC 06/2019.

⁵ Emenda constitucional n.95.

⁶ Projeto de Lei Complementar (PLP) 146/2019.

⁷ Segundo Doulgas Gavras em matéria para O Estado de S. Paulo: **Na crise, aplicativos como Uber e iFood viram maior 'empregador' do país**. 2019. Acesso em 04 de Maio, 2021. Disponível em: <ilocomotiva.com.br>.

os gêneros, seus tabus e naturalizações. O debate de gênero (ou a negação ao debate, poderíamos dizer) têm sido um dos pontos cruciais ao neoconservadorismo brasileiro, a defesa da mulher pertencendo ao âmbito privado, da casa, dos cuidados domésticos, a incisiva reafirmação dos papéis sociais de gênero segundo a normativa heterossexual, o retrocesso das políticas de descriminalização do aborto, dentre tantos outros exemplos nos alertam de que uma construção ideológica do papel social da mulher é crucial para o projeto político em curso. Importante destacar que neoconservadorismo e neoliberalismo não se opõem, ao contrário, trabalham juntos a maior parte do tempo. Assim como o feminismo liberal não questiona as estruturas responsáveis pela exploração da maioria esmagadora das mulheres.

Desse modo, procuro investigar o contexto atual sob a perspectiva da teoria da reprodução social, na tentativa de compreender impactos, transformações, no capitalismo no Brasil recente, nessa esfera da sociedade. Trago a Teoria da Reprodução Social para apoiar-me nesse propósito, por ser um movimento prático-teórico que tem trazido novo fôlego à perspectiva crítica recentralizando o debate das opressões de gênero, raça e classe afirmando-as como necessárias ao capital, em sua totalidade. Este movimento coloca a luta pela reprodução social como norteadora para compreender e ir contra as formas como o capital têm intensificado os processos de expropriação utilizando-se de novas tecnologias.

Para alcançar esse objetivo faço, no primeiro capítulo, uma análise da literatura para identificar, coletar e analisar as principais contribuições e/ou publicações necessárias para o entendimento da proposta trazida pela Teoria referida. Enquanto que na segunda parte deste trabalho utilizo o mesmo método para elaborar a acerca de alguns momentos e teorias à respeito da organização do trabalho, como a separação entre processo de trabalho e gerenciamento no Taylorismo-Fordismo, a flexibilização ocorrida no Toyotismo para contextualizar os processos atuais, no fluxo da Economia do Compartilhamento em que surgem as empresas-aplicativo com novos modos de gerenciamento algorítmico, capazes de administrar massas enormes e dispersas de trabalhadores. Trago então algumas das principais características identificadas pelos estudiosos da uberização à respeito desse processo.

Meu interesse pelos processos de uberização do trabalho na verdade se deu por um percurso que começa na investigação na antropologia do ciberespaço, no meu interesse pela interação humano-máquina, de investigar de que modos a tecnologia vinha modificando hábitos, técnicas, formas de socialização, desde a popularização dos microcomputadores, das conexões de internet. Porém, a partir do momento em que encontro as leituras sobre a precarização do trabalho [principalmente de [Slee \(2019\)](#) e [Abílio \(2017\)](#)] através das empresas-aplicativo tornou-se impossível para mim não ter um olhar mais crítico sobre esse processo, assim como deixar de notar as contradições expostas na realidade.

No capítulo final trago algumas evidências que julguei importantes para a compre-

ensão do cenário brasileiro da condição das mulheres e da reprodução social no momento atual. Desde ajustes estruturais do governo que afetaram essa esfera até as formas como os papéis das mulheres tem sido colocado no debate público por figuras de poder. Concomitantemente políticas que visam expandir modelos de empresas-aplicativo se mostram em plena expansão. Minha intensão nessa última parte foi explorar esse nexos através das teorias propostas e tentar compreender como tem se configurado as formas de opressão de gênero nessa nova configuração. Utilizei como fonte de dados para esse trabalho artigos científicos, teses, matérias de jornais online e dados estatísticos de organizações reconhecidas, assim como trago referências de documentários e vídeos para complementação da argumentação.

Ademais a pertinência acadêmica da pesquisa se confirma ao fato de que em ampla pesquisa ao portal capes; em bases como Web of Science; Scopus e SocioINDEX (EBSCOhost) com os termos de busca: "Gender"AND "gig economy"OR "labor platform"no dia 11 de jan. de 2021, encontrei apenas cerca de 25 artigos relacionados ao tema, dos quais nenhum realizava a análise sobre a perspectiva da Teoria da Reprodução Social.

2 Teoria da Reprodução Social

A TRS ¹ é uma teoria que surge de um esforço de recuperação e revitalização da teoria crítica de Marx em sua perspectiva da totalidade social, compreendendo a dinâmica entre a produção e a reprodução social, ou ainda, da produção e reprodução socializada de produtos com reprodução e manutenção da vida (RUAS, 2021). Também traz em seu cerne uma visão multidimensional das opressões de gênero, classe e raça, no sentido de que compreende que a forma social capitalista se funda e se sustenta, de forma indissociável, a partir de um complexo de relações de opressões sobre as quais o capital organiza sua reprodutibilidade. Defende que é imprescindível para o movimento revolucionário da atualidade, assim como para um feminismo que vise a verdadeira emancipação de gênero, para os 99% ², para ter êxito deve compreender o papel do trabalho reprodutivo e do trabalho não assalariado dentro da totalidade social capitalista. Um ponto crucial para TRS é a defesa de que não é possível superar as opressões racial e de gênero sem superar o capitalismo, justamente pelo que elencamos anteriormente, se opondo radicalmente a utilização que o neoliberalismo faz de pautas coletivas ligadas a identidades sociais, individualizando-as e comercializando-as por meio de movimentos como o feminismo liberal. Recentralizando a luta de classe sobre a perspectiva da reprodução social a TRS se evidencia como um importante instrumento de luta num momento em que as políticas neoliberais cada vez mais impossibilitam o acesso de milhares de pessoas à direitos básicos como à educação, à saúde, acesso a água e a segurança alimentar, ligados à reprodução da vida.

2.1 Contexto

A TRS é elaborada a partir do esforço da corrente de pensamento do feminismo marxista de constituir uma teoria que fosse capaz de determinar as condições materiais da opressão de gênero no capitalismo. Muitas feministas do pós guerras já relacionavam o lar como local de opressão das mulheres. Porém é em 1969, com o artigo “The Political Economy of Women’s Liberation” [A economia política da libertação feminina] de Margaret Benston, que o trabalho executado pelas mulheres no interior do lar se torna tema de indagação crítica, apesar de a autora propor uma compreensão desse trabalho como trabalho produtivo, o que Vogel e pensadoras da TRS irão refutar posteriormente, seu trabalho é fundamental para a compreensão do trabalho doméstico como parte de um processo ou

¹ Utilizarei a abreviação como sinônimo para Teoria da Reprodução Social daqui para frente.

² Faço aqui uma breve referência à importante obra: **Feminismo para os 99%: um manifesto** de Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), que impulsiona o debate da TRS no cenário das lutas sociais.

conjunto de atividades das quais a reprodução da sociedade (capitalista) depende como um todo, no entendimento de que sem trabalho doméstico, os trabalhadores não podem se reproduzir e, sem trabalhadores, o capital não pode ser reproduzido (FERGUSON; MCNALLY, 2017). Fazer uma análise crítica do trabalho doméstico em si já possui o mérito de abrir caminho para à pesquisa de um espaço que à época, era considerado natural, em suas estruturas, e não era debatido nas esferas públicas.

A partir Benston, teóricas feministas socialistas procuraram compreender como o trabalho doméstico poderia ser lido na teoria do valor, se produziria valor de uso ou valor de troca, se produziria mais-valor e se funcionaria como as outras esferas de produção. Vogel vai defender que o trabalho doméstico não produz diretamente mais-valor; produz apenas valor de uso e possivelmente funcionaria como um modo de produção próprio, que opera de acordo com uma lógica distinta, pré ou não capitalista (FERGUSON; MCNALLY, 2017). Com isso ocorre que muitas feministas passam a perceber essa teoria como limitada e a analisar a opressão de gênero e a opressão sobre o capitalismo como dois movimentos históricos distintos, uma assentada no patriarcado enquanto a outra alicerçada na exploração do trabalho sobre o regime do capital. Essa concepção será nomeada pelas defensoras da teoria unitária como análise dos dois sistemas. As críticas acerca desta abordagem repousam no fato de que é escamoteada em sua proposta a questão da relação entre patriarcado e o capital, assim como outras formas de opressão sobre o capitalismo tais como o racismo e o heterossexismo. A análise dos dois sistemas também leva à conclusões precipitadas, ou mesmo são capturadas intencionalmente, para fazer uma leitura de que seria possível superar a desigualdade de gênero dentro e por meio do sistema capitalista, com a criação de políticas afirmativas por exemplo ou empoderamento individual.

Nessa perspectiva, Young (1981) defende que deve-se superar essa forma de entendimento em que a opressão de gênero é lida apenas como um apêndice às principais questões da teoria marxista e confeccionar um quadro analítico em que a diferenciação de gênero fosse atributo central de uma formação social histórica particular e suas relações sociais materiais constitutivas. Assim a autora (YOUNG, 1981) traz uma noção de que as próprias categorias elaboradas por Marx teriam que ser revisitadas para que se reformulasse uma “teoria das relações de produção” abrangente sobre a perspectiva das relações de gênero. Que de fato considerasse as diferenças de gênero, na maneira que são formuladas no modo de produção capitalista, como aspecto central e constitutivo para o processo de acumulação e valorização do capital. Porém apesar de defender uma teoria unificada e tentar repensar as categorias de Marx sobre a produção e reprodução social, Young segue pela direção da divisão sexual do trabalho, não chegando a raiz da questão e cometendo o mesmo erro daquelas que foram alvo de sua crítica ³.

A partir destas contribuições, assim como de teóricas ligadas à tradição da Economia

³ Hartmann (1976) e Eisenstein (1979).

Política Feminista Canadense, Vogel (1983) elabora seu trabalho teórico *"Marxismo e a Opressão das Mulheres: Por uma Teoria Unitária"* que é um dos pilares para o desenvolvimento posterior da Teoria da Reprodução Social. Porém sua publicação, em 1983, ocorre num momento pouco propício ao debate proposto. Ocorria o declínio do modelo capitalista em que o Estado cumpre papel mediador entre capital e trabalho, em que as políticas de Estado tinham um caráter mais ativo na gestão de recursos e visavam de maneira geral um desenvolvimento dos setores produtivos nacionais. Ascende, nesse período, o modelo capitalista neoliberal, gestado primeiramente no Chile⁴ sobre o regime ditatorial de Pinochet⁵ na segunda metade da década de 70⁶. Posteriormente o modelo foi expandido para a Grã-Bretanha pelo governo de Margaret Thatcher e implantado nos EUA por Ronald Reagan em 1979 e 1980, respectivamente. As novas políticas de Estado neoliberais, buscam diminuir o poder dos trabalhadores e sindicatos, flexibilizar o fluxo de capital tanto nacional como internacionalmente, privatizar empresas estatais, globalizar e fragmentar a produção, diminuir direitos sociais (abrindo espaço para lucro nas áreas da saúde, educação, por exemplo), aumentar a massa de desempregados (diminuição do poder do trabalhador). Foi também na década de 80 que ocorreu o declínio do socialismo real marcado pela reestruturação e abertura da união soviética e, em 1989, com a queda do muro de Berlim. Junto a esse contexto os movimentos sociais revolucionários vão perdendo espaço para narrativas e perspectivas políticas mais fragmentalizadas. Há, de maneira geral, a desaprovação das “grandes narrativas” (RUAS, 2021), desacreditadas pelas teorias pós-modernas e pós-estruturalistas, que direcionavam as reivindicações voltadas a identidades.

O texto de Vogel (1983), apesar de inovador, permanece então por vários anos no ostracismo. Seu texto traz parâmetros de uma teoria da opressão às mulheres no capitalismo utilizando o método do materialismo histórico dialético, rompendo com as análises dualistas que analisam a questão da opressão de gênero como um sistema transhistórico sem relacioná-la às formas sociais do capitalismo em seu papel fundamental. Rompe também com análises feministas que partem da divisão sexual do trabalho para explicar o fenômeno. Colocando

⁴ Harvey (2005)

⁵ Segundo reportagem do G1, baseada no Relatório da Comissão Valech: (...)o total de vítimas oficiais entre executados, desaparecidos e torturados durante os 17 anos que durou a ditadura de Pinochet (1973-1990) é calculado hoje em 40.280, apesar de entre os grupos de vítimas se estimar que a cifra possa superar os 100.000.

AFP. **Ditadura de Pinochet no Chile deixou mais de 40 mil mortes, diz relatório.** G1, GLOBO. Atualizado em 18/08/2011. Acesso 24 de Abril, 2021. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/08/novo-relatorio-sobe-para-mais-de-40000-as-vitimas-da-ditadura-de-pinochet.html>>.

⁶ O processo de implementação do modelo neoliberal no Chile foi amplamente financiado pelos Estados Unidos da América, dentre seus projetos destaca-se a formação do grupo de economistas denominados "Chicago Boys" que reestruturaram junto a Pinochet, as políticas econômicas do país. Dentre esses economistas destaca-se o atual Ministro da Economia brasileiro, Paulo Guedes.

a produção e reprodução diária e geracional da força de trabalho como ponto de partida, Vogel problematiza alguns conceitos e algumas ausências em O Capital de Marx ⁷, buscando, deste modo, a fundação sócio-material necessária para compreender a opressão das mulheres na sociedade capitalista. Sua análise é direcionada pelo objetivo de compreender o papel da a reprodução biológica, social e geracional da força de trabalho para o capital.

2.2 Uma Teoria Unitária

2.2.1 Desnaturalizando Reprodução de Seres Humanos

A principal contribuição de Vogel para a TRS se traduz justamente em sua perspectiva unitária, o modo como apreende o papel da reprodução social e sua relevância para o acúmulo de capital. Ao revisitar a teoria do valor escrita por Marx (1976), Vogel (1983) problematiza a naturalização que o autor faz de um ponto que, para a autora, seria fundamental para a apreensão do funcionamento da sociedade capitalista enquanto totalidade: a reprodução da mercadoria especial, força de trabalho. Para Vogel, Marx negligência e naturaliza o processo de produção e reprodução da força de trabalho, apesar de reconhecer a necessidade do capital de manter um contingente disponível dessa mercadoria, coloca a reprodução e manutenção destes como um processo baseado em impulsos de autopreservação e propagação dos próprios trabalhadores, algo natural. O que Vogel faz é analisar esse processo reprodutivo, naturalizado por Marx, a partir do próprio método materialista histórico dialético utilizado por ele para entendimento da realidade. A autora defende que, de fato, a reprodução da vida e da força de trabalho são organizados dentro das formas socioculturais específicos que não podem ser tomados como dados, já que são formas sociais sócio-historicamente criadas e reproduzidas (FERGUSON; MCNALLY, 2017). Desse modo, teorizando a reprodução biológica, social, diária e geracional da força de trabalho e da organização social da diferença biológica Vogel expande os conceitos e a compreensão da teoria crítica sobre o capital e o funcionamento da sociedade capitalista.

Há uma condição biológica dos corpos com úteros que, sobre o regime de gênero capitalista burguês, determina uma condição material de existência. Esta condição é atrelada por determinações históricas ao trabalho reprodutivo, a responsabilidade do trabalho do cuidado, de si, dos trabalhadores fora de seu horário de trabalho, dos que serão trabalhadores futuros (filhos, netos, filhos de vizinhos, crianças...), dos que já foram e não estão mais em condições e daqueles que por algum motivo não podem trabalhar (manutenção física, psicológica, sexual, educacional, da força de trabalho) e da geração de novos trabalhadores (parto, lactação, amamentação...). O trabalho reprodutivo pode ser realizados de diversas maneiras de acordo com modelos sociais específicos, a família nuclear monogâmica e heteronormativa, em verdade, é um modelo bem específico em

⁷ Marx (1976)

contraste com a variabilidade de formas de parentesco e formas de se realizar a reprodução da vida encontradas nos estudos da antropologia. Ocorre que no capitalismo a força de trabalho é fundamental para o capital, para retroalimentação do sistema de extração de mais valor, através da produção e troca de mercadorias e de modo total à organização desse modelo social. Por esta razão é necessário ao capital, criar mecanismo de controle sobre a o trabalho reprodutivo e sobre o gênero que o executa, porque existe uma íntima relação entre produção e reprodução na totalidade de seu sistema.

Vogel (2013) ressalta um aspecto importante sobre este processo, de que: "em uma sociedade de classes, o conceito de reprodução da força de trabalho se refere, estritamente, à manutenção e renovação dos portadores da força de trabalho da classe sujeitos à exploração", ou seja, por definição, o processo de manutenção e reposição de indivíduos da classe dominante, não se configura como processo de reprodução da força de trabalho. Ainda segundo a autora, há interesses conflitantes das classes dominantes sobre o trabalho reprodutivo das trabalhadoras. Enquanto é de interesse de longo prazo que sejam produzidos novos trabalhadores (reposição geracional da força de trabalho) o dispêndio das capacidades físicas e emocionais da força de trabalho feminina representa perda imediata de apropriação de mais-trabalho. Conclui (VOGEL, 2013) que "há uma potencial contradição entre sua necessidade imediata de se apropriar do trabalho excedente e sua demanda de longo prazo por uma classe que o realize."

2.2.2 Valor de Uso

A reprodução social segundo Vogel, apesar de imprescindível ao capital (condição necessária à circulação de capital), não se configura como um modo de produção como os demais. Assim, o trabalho doméstico, do cuidado, de reprodução e geração da vida se configuraria como trabalho útil, não há um processo de extração direta de mais-valia. Para o desenvolvimento de sua teoria ela concebe que a força de trabalho não é produzida capitalisticamente. A reprodução da vida seria constantemente construída sobre a contradição de fabricar o futuro trabalhador, ou mesmo a manter atributos do que o capital identifica enquanto atributos de empregabilidade (por exemplo), aspectos voltados ao capital no geral e à vida voltada a sua reprodução enquanto ser não alienado, direcionado à ação por seus próprios desejos em busca de uma vida significativa.

O valor de uso é aquele que satisfaz alguma necessidade humana, fruto do metabolismo entre natureza e ação dos seres sociais produzindo sua condição de existência. Realizado através da força de trabalho, determinada de maneira simples como capacidade para a produção de valores de uso, uma capacidade, potencialidade latente, que se realiza na ação, portanto não é uma característica imediatamente existente no corpo do trabalhador. Dessa forma, a força de trabalho pode ser consumida, trocada, em processos de trabalho, através de diferentes modelos produtivos. Essas categorias subsistem à todas

formas sociais, o que modifica são suas condições e configurações (VOGEL, 2013).

Nas sociedades capitalistas os modelos produtivos se organizam através do princípio da extração de valor da força de trabalho que se dá pela captura dessa força no processo de produção de mercadorias. O processo social de produção de mercadorias gera valores de troca no momento de sua circulação. A reprodução da vida, a condição necessária à existência da potencia força de trabalho, não gera todavia valor diretamente para o processo de circulação do capital porque, no sistema capitalista, o trabalho reprodutivo não gera mercadorias que possam constituir valor de troca. Pois que, "O vendedor da força de trabalho é livre proprietário de si mesmo, pois é único proprietário da sua capacidade de trabalho"(PRADO, 2011). Por essa razão o valor do trabalho reprodutivo é valor de uso.

2.2.3 Totalidade Social

Uma noção importante à TRS recuperada e expandida pelo trabalho de Vogel ao voltar às raízes da teoria crítica desenvolvida por Marx em *O capital* (MARX, 1976) é a da Totalidade Social. Para Marx (2015) a Totalidade Social é fruto de um movimento dialético e é contradição, é uma unidade na complexidade, sendo incompleta e por isso instável. É a síntese da aparência (identidade) e da essência (diferença), a falsa equivalência entre capitalista e trabalhador no momento da troca de mercadorias e a percepção do trabalhador da relação de desigualdade material resultante do processo contínuo de separação dos produtores dos meios de produção e subsistência (meios de existência), respectivamente. A partir da essência e da aparência se constitui uma totalidade contraditória onde se desenvolvem as formas sociais necessárias à reprodução social do capital, uma ordem social instável e em constante readaptação. Ruas (2021) ressalta que para o pensamento marxiano o avanço das categorias sociais advém de sua própria incompletude e insuficiência em constituir uma totalidade social coesa. Essa incompletude se dá, porque há uma inadequação no fundamento da sociedade capitalista entre a forma (capital) e conteúdo (força de trabalho). O capital, em si, não é totalidade pois sua essência é a força de trabalho.

Em sua totalidade contraditória o capital desenvolve as formas sociais necessárias à sua reprodução social (RUAS, 2021), o que Vogel (2013) vai analisar, no esforço de compreender quais as dinâmicas sócio-históricas de reprodução da força de trabalho (mercadoria que produz valor), na percepção de que é essencial entender o papel da reprodução dos trabalhadores dentro da totalidade do sistema capitalista pois esta é basilar para seu funcionamento, a exploração do trabalho das mulheres da classe trabalhadora baseado na instituição da família.

Vogel (2013) defende ainda que o trabalho reprodutivo é uma condição necessária para o funcionamento do modo de produção capitalista pois, como a força de trabalho

é essência do capital, o trabalho só pode ser realizado se houver trabalhadores sendo produzidos em condições físicas, psicológicas, educacionais necessárias à capacidade de realização de trabalho em determinado modelo produtivo, de acordo com a necessidade do capital em determinado momento histórico. É fundamental para a compreensão da totalidade analisar as formas e condições em que são produzidas diariamente (manutenção) e geracionalmente (reprodução) os trabalhadores. A TRS entende o Capitalismo como um sistema, uma totalidade, complexo de relações contraditórias que para ser compreendido deve-se expandir o entendimento da exploração do trabalho não remunerado, das opressões de gênero e raça sob o regime do capital, pois estas se relacionam às esferas produtiva e reprodutiva ditando as condições de existência do que a TRS vai tratar, em sua concepção estendida, da classe trabalhadora. A TRS recentraliza o debate de classe, colocando na raiz das lutas e reivindicações sociais a busca por condições de existência, de reprodução da vida.

2.2.4 Família e Trabalho Reprodutivo em Outras Esferas

A instituição que o capital e o Estado capitalista utilizam para controle do trabalho produtivo e reprodutivo de sua mercadoria especial é, segundo [Vogel \(1983\)](#), a família da classe trabalhadora. Segundo a autora este é um local baseado em parentesco e na diferença de idade e gênero onde ocorre, nesse sistema, a maior parte da reprodução e produção da força de trabalho, de forma privada. Sua inovação está em analisar o papel estrutural dessa instituição para a reprodução do capital ([FERGUSON; MCNALLY, 2017](#)). Sobre o capitalismo a responsabilidade pela realização do trabalho reprodutivo na instituição da família é organizada de maneira patriarcal, sendo associado ao gênero feminino, fato que sustenta materialmente opressão das mulheres nas sociedades capitalistas.

A forma social família em sua forma patriarcal já existia no contexto dos países em que ocorreram os primeiros processos de cercamentos e de acumulação primitiva, porém, com o avanço da formação do Estado capitalista e suas instituições, ocorreu um processo de domesticação das mulheres. Houve um esforço, explicitamente violento, para a destruição do papel das mulheres em arranjos sociais não capitalistas e o controle do relativo poder que possuíam sobre sua reprodução através do conhecimento sobre ervas, transmitido geracionalmente. Associando essas mulheres à bruxaria a classe dominante pôde, além de destruir relações não capitalistas em uma sociedade em transição de modos de produção, instituir seu poder sobre a reprodução da classe trabalhadora, através da obstetrícia, posteriormente do controle demográfico da população, entre outros mecanismos⁸.

Marx acreditava que o capitalismo, em sua necessidade de extração de valor da força de trabalho, diluiria os laços de parentesco da família trabalhadora, através da cooptação de trabalho feminino e infantil ([FERGUSON; MCNALLY, 2017](#)). Porém, devido

⁸ Para mais detalhes sobre esse processo aconselho excelente leitura da obra de [Federici \(2017\)](#)

a relação contraditória-porém-necessária do capital com o aspecto reprodutivo da classe trabalhadora, por vezes o capital reforçou e reforça a forma social família, local onde ocorre a reprodução social, para garantir a reposição de força de trabalho. Ocorre um processo de externalização de tarefas que antes faziam parte da reprodução no interior dos lares, sendo realizadas pelo estado ou capitalizadas. Por exemplo com a produção de roupas, alimentos, saúde, educação, sendo providos pelo Estado ou produzidos e comercializados como mercadorias. Porém a externalização desse trabalho de reprodução da vida e da força de trabalho não dilui, de fato, o local de reprodução da vida nem a condição de gênero, porque a reprodução biológica necessariamente precisa de um corpo com útero para ocorrer.

É possível afirmar que existe uma ordem de gênero burguesa, formulada e gerenciada através de políticas de Estado, afirmada ideologicamente de maneira a conformar as formas sociais necessárias à reprodução e produção da força de trabalho necessárias ao capital em determinada totalidade e modo de produção. Segundo (VOGEL, 2013) há uma constante luta de classes em torno da quantidade específica e tipos de trabalho doméstico realizados numa sociedade, enquanto a classe trabalhadora busca melhores condições de reprodução da vida, o que é determinado de acordo com o momento histórico e condições materiais, a classe capitalista procura estabilizar a reprodução da força de trabalho, a um custo baixo e com um mínimo de trabalho doméstico.

Cabe ressaltar que a esfera reprodutiva, em seu papel central ao processo de circulação do capital, assume formas que se relacionam às esferas produtivas da sociedade capitalista, sobre o esforço das classes dominantes de adequar a reprodução da vida à reprodução do capital em determinado modelo produtivo e da classe trabalhadora na luta pelas condições da reprodução de uma vida significativa. Esse movimento histórico dialético e material explica diferentes formas assumidas pelas políticas de educação, saúde, "direitos voltados à igualdade de gênero", as formas como essas esferas são mais ou menos garantidas pelo Estado ou capitalizadas, o tipo de constituição ideológica das instituições educacionais, assim por diante.

2.2.5 Trabalho Reprodutivo e a Condição de Gênero

A condição da opressão de gênero é um pilar fundante e necessário ao capital. Segundo a perspectiva da TRS, esta se deriva de um fator biológico, de ser sobre corpos

⁹ Quando me referir a categoria mulher quero que fique evidente de que não se trata de um essencialismo, mas que utilizarei o termo nesse trabalho, para fins práticos, como sinônimo de uma condição material dos corpos com atributos que possibilitam a reprodução biológica de seres humanos, que dentro da totalidade capitalista e regime de gênero burguês se distingue na forma social gênero feminino e na categoria mulher. Entendendo porém que existe um processo de luta, individuais e coletivas (tanto capitalistas como anti-capitalistas), contra estas classificações de gênero que determinam as condições de existência do ser social

com úteros, dentre outros atributos necessários à reprodução biológica de seres humanos, que recai a responsabilidade das tarefas reprodutivas, e esta condição é determinada por processos históricos, sobre os seres humanos que sobre o regime de gênero heteronormativo estabelece-se como a categoria mulher. Não se trata de um debate sobre os limites dessa forma, ou identidade da categoria mulher constituída histórica e materialmente ⁹, mas de como, materialmente esses corpos reprodutores são necessários ao processo de acumulação.

O fato de que a reposição geracional deve ocorrer, para que o processo de acumulação de capital se perpetue-renove, torna necessária, para a dominação do capitalista, a dominação de gênero. Apesar de não ser exclusividade do capitalismo, esta opressão é pra essa totalidade social, central. É a partir dessa necessidade de reprodução que as distinções de gênero entre homens e mulheres são constituídas e é daí que derivam as formas distintas de opressão das mulheres sobre as sociedades capitalistas. O que [Bhattacharya e Viríssimo \(2019\)](#) vão trazer em seu artigo, citando a investigadora jurídica chamada Joan C. Williams¹⁰, é que existe uma produção de um sentimento de inadequação nos homens da classe trabalhadora devido a um ideal¹¹, do papel do homem provedor. Da separação constantemente reafirmada das esferas produtivas e reprodutivas e a separação destas por uma divisão de gênero, ligadas ao trabalho de homens e mulheres, respectivamente.

Esse ideal é irradiado do centro para as margens do sistema capitalista, assim como da classe dominante para se impor como modelo sobre a classe trabalhadora. Apesar de a parcela da classe trabalhadora que de fato tenha conseguido se estruturar segundo esse ideal ser muito pequena (se é que vamos considerar que se possa alcançar um tipo qualquer de modelo ideal) este modelo, em que o homem trabalhador deveria promover o sustento de esposa e filhos e à mulher trabalhadora caberia garantir a alimentação e suporte psicológico dos parentes, a limpeza do espaço doméstico, a reprodução biológica e satisfação sexual do homem, ainda hoje¹² exerce uma forte influência nas formas sociais capitalistas, apesar dos reformismos e de um relativo sucesso dos movimentos do feministas liberais em alcançar meios de mídia. [Bhattacharya e Viríssimo \(2019\)](#) propõem que:

A força de tal modelo tem precisamente a capacidade de a) apagar as diferenças de classe que realmente existem propondo uma fraternidade masculina universal e b) dividir as classes populares a partir de cisões de gênero fazendo pesar expectativas de gênero irrealistas sobre os homens como sobre as mulheres – expectativas que, necessariamente, falharão na realidade. (BHATTACHARYA; VIRÍSSIMO, 2019, p.35)

A combinação da realidade material, fisiológica das mulheres, com as expectativas

¹⁰ "O papel Em Mudança Do Pai Moderno", Relatório da Associação Americana de Psicologia, 2012.

¹¹ Bastante difundido pelos Estados que tiveram um papel mais ativo na manutenção da força de trabalho nos modelos produtivos Taylorista-Fordista.

¹² No capítulo 4 trago indícios de que há um reforço desses ideias capitaneados pelos movimentos neoconservadores.

ideais sobre os gêneros formam sua condição de opressão no capitalismo. Seu corpo é a fábrica onde é produzida (gestados, amamentados,...) a mercadoria especial, pequenos futuros portadores de capacidade de trabalho. Essa condição material da mulher, sua capacidade reprodutiva, é em 64% dos países regulada pelo Estado através das leis de aborto (fundamentais para a regulação do processo de reprodução da força de trabalho) e em 26 países do mundo o aborto é proibido sobre qualquer condição, mesmo que ofereça riscos à mulher ou tenha sido ocasionada por ato violento como estupro ¹³.

Um outro mecanismo que é utilizado, através da ideologia capitalista para a opressão das mulheres, ao qual [Bhattacharya e Viríssimo \(2019\)](#) vão chamar a atenção é o apelo à tradição e a defesa da honra. Trazendo a análise de Marx ¹⁴ de que este é um artifício largamente utilizado pela burguesia para justificar suas demandas. O autor chama de "Linguagem emprestada" esse mecanismo em que se evocam espíritos do passado, slogans, memórias de tempos melhores... para apresentar uma nova história, fornecendo uma justificativa moral para relações de opressão e formas de coalizão baseadas em identidades imaginadas, como por exemplo um apelo à um tipo de família tradicional para justificar políticas de controle Estatal sobre a verdadeira ideologia de gênero (difundida pelo capital).

O apelo à defesa da honra em atos de violência contra a mulher podem ser lidos sobre a lente de que há uma linguagem emprestada que produz uma suposição de irmandade entre todos os homens em oposição à uma coletividade de todas as mulheres, quantas vezes você já não ouviu nos meios de propagação de cultura alguma menção à guerra dos sexos? O reforço de que o domínio dos homens sobre as mulheres é tradicional (assim como a forma social da família burguesa), ou natural, reforça as estruturas de opressão de gênero. Os atos de violência contra mulheres são muitas vezes justificadas pelos seus autores como reação à perda de controle sobre elas, essa suposta autoridade que estes homens dizem perder é fruto desse falso papel de gênero, que serve como disfarce ao capital das relações de opressão de classes. Para superar a opressão dos trabalhadores é preciso superar a opressão das mulheres, uma não ocorre sem a outra. Pois, enquanto o trabalho reprodutivo for necessário ao capital este terá mecanismos para controlá-lo, da mesma forma a opressão sobre o capital não pode ser superada sem a compreensão-prático-teórica da profundidade em que as formas sociais capitalistas moldam a existência e a reprodução da vida em sua totalidade.

¹³ The World's Abortion Laws. Center for Reproductive Rights. Current as of April 26, 2019. Map updated in real time at worldabortionlaws.org. Acesso em 02 de Abril, 2021: <<https://reproductiverights.org/law-and-policy-guide-gestational-limitsf>>.

¹⁴ Marx E Engels Trabalhos Seleccionados Em Um Volume (Londres: Lawrence e Wishart, 1968)

2.2.6 TRS e o Neoliberalismo

As últimas quatro décadas de reestruturação do capital produziram diversas mudanças nas esferas produtivas e no papel do Estado. Como vimos anteriormente, a TRS considera o capitalismo enquanto unidade da totalidade socioeconômica, um sistema total em que o sistema produtivo e reprodutivo se constituem numa relação de contradição e fazem parte de um mesmo processo global.

No processo que descrevemos brevemente em 2.1, os Estados assumem políticas de liberação econômica, globalizando os fluxos de capital e os processos produtivos. Com isso muitos trabalhadores das indústrias de linha de produção perdem seus empregos (muitas indústrias mudam seu local de produção buscando reduzir custos, utilizando força de trabalho de países em que o valor do tempo de trabalho fosse menor). Em países que viveram o Estado de Bem Estar Social ou chegaram a ter políticas públicas voltadas à população que garantiam relativo equilíbrio, com o Estado como mediador da relação capital-trabalho, ocorre uma redução brusca desse tipo de política. Verifica-se um processo contínuo de retirada da atuação do Estado sobre os aspectos da reprodução social da classe trabalhadora assim como de políticas de seguridade social.

Aliado a esse processo de retirada de direitos dos trabalhadores ocorre uma feminização do mercado de trabalho formal. Famílias que antes eram sustentadas pelo salário do homem trabalhador da indústria da era Taylorista-Fordista têm redução de sua condição de vida, fazendo com que muitas mulheres responsáveis, até então, unicamente pelo trabalho doméstico tivessem que adotar uma jornada dupla ou tripla, exercendo trabalho produtivo e reprodutivo.

Hirata (2016), citando Sassen (2006), traz em sua análise sobre o *trabalho do cuidado* informações sobre um crescente fluxo migratório de mulheres que exercem trabalho reprodutivo de maneira remunerada, a partir dos anos 2000, tanto pelo globo como internamente nos países. Esse fluxo migratório ocorre das periferias do capitalismo para os locais com maiores fluxos de capital, um dos fatores explicativos colocados em seu trabalho é o da especificidade do trabalho reprodutivo remunerado, de que ele não pode ser deslocalizado, ele ocorre necessariamente nos locais onde se reproduz a vida. Segundo Hirata (2016) há uma *crise do cuidado* sobre o regime neoliberal produzido pelas reformas que capitalizaram a esfera reprodutiva (evidência-se na crescente privatização de instituições de educação e da saúde), ao passo que há uma diminuição das taxas de natalidade e aumento da expectativa de vida nos países centrais e de desenvolvimento tardio, assim como ocorre um aumento de famílias monoparentais. Ocorre uma redistribuição em, nível global e nacional, do trabalho reprodutivo entre mulheres (HOCHSCHILD, 2017). Muitas destas mulheres que migram e ocupam os postos de trabalhos reprodutivo remunerado, estão em situação de precariedade, estes representam majoritariamente os trabalhos com menos garantias e menores salários na sociedade do capital, menos valorizados por não

produzir mais-valor. Estas mulheres por vezes trabalham para outras mulheres que passam a ocupar o mercado de trabalho lutando por igualdade de salários entre os gêneros em postos mais valorizados socialmente. No Brasil a constituição dessa delegação é ainda mais grave e enraizada representada pela aberração arquitetônica do "quarto de empregada", símbolo retumbante de uma sociedade que passou por um processo de urbanização-industrialização conservando e reestruturando, em um processo histórico-materialista-dialético, formas de dominação fundadas a partir de teorias racistas da sociedade escravista.

Sobre os movimentos sociais e a reestruturação do capitalismo neoliberal das formas sociais necessárias à reprodução do capital Fraser (2012) defende que a segunda onda do feminismo que fazia "uma crítica ao capitalismo androcêntrico organizado pelo Estado"¹⁵ foi fragmentada e recuperada em partes pelo Neoliberalismo, na transformação da organização social do capitalismo do pós-guerra. Na crítica feita pelas feministas da segunda onda ao modelo do salário único por núcleo familiar¹⁶ o neoliberalismo justifica o novo modelo da família de dois salários. A introdução de um contingente cada vez maior de mulheres na força de trabalho, que representou para a reestruturação capitalistas uma maneira de reduzir o valor do trabalho e precariza-lo, foi e é assumido pelo feminismo liberal como uma libertação da opressão de gênero, uma fonte de dignidade. Esse impulso encontra eco tanto nas trabalhadoras de classe média que buscam "competir com igualdade" no mercado de trabalho, como para trabalhadoras hiperexploradas. Por fim, das críticas direcionadas ao Estado de que este deveria promover a justiça social e formar cidadãos críticos e participativos, ao em vez de fazer política de forma excessivamente burocrática e tecnicista (FRASER, 2012) formam-se as bases para legitimar a mercantilização e a redução do Estado.

Dessa forma as críticas da segunda onda feminista dos anos 60 e 70 (pós-guerra), que em conjunto à outras lutas anticoloniais contra a guerra, o racismo e o capitalismo, contestava aspectos estruturais da sociedade, foi absorvida pelo capital em seu processo de reestruturação, formando bases importantes de sua legitimação. Dessa forma o feminismo liberal, movimento fruto dessa junção, foi identificado por teóricas da TRS¹⁷ como um dos fatores que mantém o sistema de opressão do capital e que, por tanto, deve ser combatido. Por exemplo a ideia propagada de que a opressão das mulheres poderia ser superada por meio de oportunidades iguais de dominação. Facilmente falseadas se observarmos a atuação de mulheres que assumem cargos de CEOs ou posições políticas participando do processo de tomadas de decisões que continuam a explorar trabalhadoras e trabalhadores, retirando direitos reprodutivos, entre outros.

A TRS afirma: não é possível superar a opressão de gênero sem superar a totalidade social capitalista. Na práxis (teoria e prática), não devemos busca um projeto individual

¹⁵ Analisando as implicações políticas, econômicas e culturais da desigualdade de gênero nesse modelo.

¹⁶ Do homem trabalhador-provedor, do modelo de capitalismo regulado pelo Estado.

¹⁷ Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019)

de empoderamento, pois entendemos que enquanto o capitalismo existir este dependerá do processo de reprodução da força de trabalho, sua condição necessária, através dos corpos de mulheres e de seu trabalho não pago.

3 Trabalho Uberizado

Neste segundo capítulo desenvolverei brevemente sobre as mudanças dos modelos produtivos no avanço da organização dos processos de trabalho na evolução do capitalismo partindo da Organização Científica do Trabalho, passando pelo momento de flexibilização no modelo Toyotista para chegar às novas relações de trabalho possibilitadas pelos avanços tecnológicos atuais¹, momento em que pontuarei então algumas de suas características, no esforço de compreender como têm se configurado suas formas na atualidade. A importância dessa compreensão se traduz no fato de que estas têm sido implementadas em alta velocidade e em uma ampla variedade de ocupações, mostrando-se como uma tendência geral de tentativa de implementação dessas novas formas pela burguesia.

No Brasil a empresa Uber foi a principal responsável por popularizar o uso de serviços por aplicativos no dia-a-dia da população. Desde sua chegada no país, em 2014, a empresa teve rápida expansão territorial e de adesão, tanto de trabalhadores, como de consumidores. Grande parte desse crescimento foi impulsionado pela recessão econômica que teve início no país naquele mesmo ano e que gera, a partir do último trimestre de 2014, níveis crescentes de desemprego². Hoje a Uber sozinha gerencia no Brasil 1 milhão de motoristas e entregadores, que atendem a demanda de 22 milhões de usuários e está presente em mais de 500 cidades segundo dados da empresa de agosto de 2020.³

Nesse contexto, o termo Uberização se popularizou, sobretudo no Brasil, como denominação de novas formas de trabalho precarizado, típico do estágio capitalista e tecnológico atual. Mas antes de explicarmos essas novas formas e como elas se caracterizam, façamos uma breve recapitulação sobre as transformações das relações de trabalho durante o século XX, afim de compreender as condições históricas e materiais que compõem o cenário atual.

3.1 Modelos produtivos

3.1.1 A sociedade Taylorista/Fordista

No final do século XIX Frederick Winslow Taylor (1856-1915) estabelece uma teoria de organização do processo produtivo do que foi denominado Taylorismo, ou

¹ Sejam os principais: o avanço das tecnologias de redes de conexão de internet, Smartphones, complexificação na elaboração de algoritmos de processamento de dados.

² IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Acesso 12 de março, 2021 <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>>

³ UBER. **Fatos e Dados sobre a Uber**. Acesso 16 de fevereiro, 2021 <<https://www.uber.com/pt->

administração científica. Esta teoria teve por objetivo a racionalização do processo de trabalho (RIBEIRO, 2015). Segundo essa linha de pensamento, a eficácia da produção era medida pela quantidade e qualidade de sua produtividade, com o gerenciamento voltado à produção de grandes estoques. Para tal objetivo os trabalhadores deveriam ser selecionados e treinados conforme a função que teriam de exercer, para assim serem fixados em uma única etapa de produção. Uma característica fundamental da teoria de Taylor é a separação entre execução e planejamento do trabalho para disciplinarização do operário, assim como da classe trabalhadora. É por meio desta separação que se busca capturar o conhecimento do trabalhador acerca do processo produtivo, reforçando sua alienação sobre o produto de seu trabalho (RIBEIRO, 2015).

Posteriormente Henry Ford (1863-1947) instaura as esteiras de produção fazendo com que o trabalhador das fábricas tivessem que se adequar ao ritmo das máquinas, se tornando cada vez mais algo como uma peça substituível. Desse modo, a classe trabalhadora foi condicionada a um rígido regime de organização do tempo, das funções, de hierarquias e mesmo da moral, a ideia era cortar tudo que fosse excessivo, que não fosse útil para manutenção da fábrica e do corpo do trabalhador. A ideologia vigente deveria garantir que a energia dos trabalhadores fosse direcionada ao trabalho (VASCONCELLOS; SILVA, 2015). O processo de intensificação do trabalho iniciado por Taylor e acelerado por Ford proporcionaram ao mesmo tempo uma produção de bens de consumo em uma escala nunca vista e uma extrema extenuação dos trabalhadores.

O projeto político e ideológico capaz de atender as demandas desse modelo produtivo erigia um novo ideal de estilo de vida e de consumo, necessários para atender a produção em massa voltada para estoques e a fabricação do corpo necessário, em condições físicas, do trabalhador que tem seu ritmo ditado pela máquina. A disseminação do taylorismo e do fordismo requeria um "um novo tipo de trabalhador e de homem adaptado às necessidades dos novos métodos de trabalho"⁴ que deveria ser racionalizado, ter sua sexualidade e desejo controlados, resguardando sua energia para fins produtivos.

Nessa conjuntura se constitui o movimento ideológico-cultural do *American way of life* tendo maior apelo nos momentos de auge da produção nas indústrias Estadunidenses, sendo estes nos períodos dos pós guerras na década de 20 e 50. Buscava-se, através de novas tecnologias de propagação da cultura de massas, como a popularização do rádio e TVs, associar o consumo (de tudo quanto é tipo de produtos que estavam sendo inventados) aos ideais de liberdade, felicidade, a mais tempo livre e maior qualidade de vida.

O Estado no modelo produtivo taylorista/fordista, voltado para a produção em larga escala, se estrutura como intervencionista, no sentido que Medeiros (2001) evidencia: dentre seus papéis, numa perspectiva keynesiana, transparece o de equilibrar níveis de

BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/>

⁴ (GRAMSCI, 1950 apud VASCONCELLOS; SILVA, 2015)

oferta e demanda agregada (indicadores macroeconômicos), de conciliação de classes, de estimular a mercantilização da força de trabalho segundo os padrões racionais-técnicos fordistas e de bancar (em parte) diversos custos da reprodução da força de trabalho. A esse tipo de configuração deu-se o nome de *Welfare state*.

3.1.2 A Sociedade Toyotista

O modo de produção Taylorista-Fordista, caracterizado por sua superprodução de bens duráveis, necessita de um elevado nível de consumo, tendo como um obstáculo à obtenção de lucro o custo na manutenção de estoques. Ocorre que, a partir da década de 60, o mercado (principalmente o Europeu do pós-guerra que absorvia a maior parte da produção estadunidense) segue uma taxa crescente de saturação desses produtos. O que demanda que a produção seja mais heterogênea e voltada para diferentes tipos de bens de consumo (RIBEIRO, 2015).

Ao passo que, no Japão, Eiji Toyoda (1913-2013) formulava um sistema que reduzisse custos na produção e se adaptasse as novas necessidades do capital, um modelo voltado para a produção *just in time*, ou seja, de produção sob demanda. Para isso os processos e relações, tanto de produção como trabalhistas, deveriam ser ao mesmo tempo flexíveis e administráveis. Nesse sentido as novas tecnologias de comunicação, informática e robótica tiveram papéis fundamentais e catalisadores na difusão desse modelo, pois é através destas que o gerente consegue dados de rendimento do trabalhador, de eficiência das máquinas, de controle de qualidade em todas as etapas da produção, dando-lhe a possibilidade de uma gerência muito mais abrangente e imediata.

O trabalhador nesse modelo deve ser adaptável, flexível, deve se adequar a produção por demanda e mais heterogênea. É o declínio da condição do trabalhador especialista e de carreira, que no modelo Taylorista-Fordista ocupa uma função muito bem definida por anos a fio. O novo modelo produtivo demanda do trabalhador o que Antunes e Alves (2004) vão denominar de *inserção engajada*, uma nova racionalização do trabalho que exigirá uma captura integral da subjetividade⁵ do sujeito operário. O estranhamento gerado nas esteiras e fábricas do modelo Taylorista-Fordista entre o trabalhador e o produto de seu trabalho possuía um efeito adverso para os objetivos dos capitalistas: uma maior possibilidade de percepção do trabalhador de sua condição enquanto classe operária. A falta de identificação com o trabalho, o tédio, a rotina, a hierarquia fortemente demarcada no interior das fábricas e a separação mais consistente entre horário de trabalho e não

⁵ Esse processo de captura nunca se dará por completo. Do mesmo modo que o capitalista está constantemente inventando novos modos de captura do trabalho e formas de ocultar a relação de exploração (capital-trabalho), o trabalhador em sua existência encontrará maneiras de burlar essas formas de dominação de sua força física e de sua subjetividade, pois resistem, apesar da voracidade do capital, formas não estranhadas de relações, pautadas em necessidades muito além da valorização do valor.

trabalho (para esse trabalhador da fábrica) e dos processos de gerência e execução eram fatores que notabilizavam a exploração sofrida pelo trabalhador e tornavam facilmente reconhecíveis a extração de seu tempo e força em prol de interesses do dono da fábrica.

Com a *inserção engajada* (ANTUNES; ALVES, 2004), elaborada no modelo Toyotista, o trabalhador passa a ter que exercer trabalho na concepção e execução da produção como se fizesse ele mesmo "parte da gerência", reatando aparentemente a conexão deste com o produto final de seu trabalho. O que de fato não passa de uma captura da subjetividade operária, que dissimula a relação capital-trabalho ⁶. As novas formas de engajamento são extremamente importantes para desfragmentar a união entre trabalhadores e fazê-los competir entre si.

Concomitantemente às mudanças no mundo do trabalho as políticas de Estado se modificavam, ao sabor das novas demandas do processo de acumulação de capital. A política de Estado típica do modelo Taylorista-Fordista (idealmente, Estados que cumpriam o papel de conciliação entre trabalhadores e donos do capital, que possuíam políticas de assistência social) foi sendo substituída pelo Estado promotor de políticas de austeridade, cortes em gastos sociais, redução dos investimentos públicos, arrochos salariais dentre outras medidas. O Estado Neoliberal instaura total liberdade às leis de mercado, limita a intervenção do Estado na economia, privatiza empresas estatais, prioriza a abertura comercial, reduzindo ou eliminando as taxas sobre importações, dá total liberdade de ação aos capitais internacionais e elimina qualquer proteção ou incentivo às empresas nacionais (MARTINS, 2014). É importante ressaltar que nos países à margem do capitalismo essas reformas promotoras de austeridade ocorrem por meio de acordos de ajustes estruturais (para concessão de empréstimos) perpetrados pelo Banco Mundial e pelo FMI ⁷.

Esse período de reestruturação produtiva também é marcado pela eclosão de diversos movimentos sociais que se aglutinaram por outros demarcadores sociais que não o de classe ou ligadas diretamente ao trabalho e aos sindicatos, mesmo que por vezes também demandassem direitos relacionados a estes. Exemplos são: a supracitada (2.2.6) segunda onda do feminismo que pautava a revolução sexual, a garantia de direitos reprodutivos e igualdade de gênero; o movimento revolucionário do Partido dos Panteras Negras; as lutas das mulheres por melhores condições de trabalho, por salários domésticos; coletivos organizados de mulheres negras como o Coletivo Combahee River; movimentos estudantis por todo o globo; movimentos LGBT+ a partir da Rebelião de Stonewall; as lutas contra as ditaduras militares na América Latina dentre outras.

⁶ Para compreender melhor a relação capital-trabalho nos diferentes modelos produtivos sugiro a leitura completa do artigo **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital** de Antunes e Alves (2004)

⁷ Para mais informações leia: Pereira (2013).

3.2 A Economia do Compartilhamento

A uberização se dá a partir de um avanço da flexibilização toyotista e das tecnologias que possibilitavam fluxos cada vez maiores de informação, captura, automação, controle. A Economia do Compartilhamento diz respeito a um ideal propagado a partir da disseminação de computadores, smartphones, tecnologias que no geral passaram a integrar as novas formas sociabilidade e seguem transformando as formas como as pessoas interagem entre si, com a natureza, e as interações entre capital-trabalho. Sobre esse ideal Ricardo Abramovay, no prefácio à edição brasileira de Slee (2019), discorre:

A explosão da cultura digital durante o século 21 revigorou os mais importantes ideais emancipatórios, combatidos pela queda do muro de Berlim. As pessoas e as comunidades passariam a dispor dos meios técnicos que lhes permitiriam estabelecer comunicação direta umas com as outras (...) A utopia de que a relação de igual para igual ampliaria o bem-estar, reduziria o desperdício e traria significado humano para as relações econômicas, tão fortemente cultivada pelo discurso do Vale do Silício, transformou-se no seu contrário. (SLEE, 2019, p. 25 e 28).

Esse contrário diz respeito as formas como essas novas tecnologias têm sido importante vetor da concentração de renda, da desregulamentação generalizada e da perda de autonomia dos indivíduos e das comunidades no mundo atual. Tom Slee em seu livro *What's yours is mine: Against the sharing economy*, traduzido para o português como *Uberização: A nova onda do trabalho precarizado* (SLEE, 2019), define Economia do Compartilhamento como uma onda de novos negócios que se utilizam da internet para conectar consumidores à provedores de serviço para trocas no mundo físico. O autor exemplifica citando empresas de alugueis de curta duração, viagens de carro e tarefas domésticas. Poderíamos citar ainda as plataformas especializadas em contratação temporária de serviços como garçons, músicos, fotógrafos e até mesmo professores, entre outros serviços.

Em seu livro o Autor (SLEE, 2019) chama a atenção para o fato de o movimento em prol da Economia do Compartilhamento ter um forte caráter ideológico se afirmando como algo além da esfera dos negócios e sua inovação. Há um reiterado esforço no que diz respeito a fazer da imagem da tecnologia, do avanço da microcomputação, da programação, aprendizado de máquina entre outros, associada a um futuro melhor, com mais acesso e a um mundo mais promissor. Há por trás dessa ideia a noção de técnica, assim como da tecnologia, como algo neutro, ou seja, independente do contexto histórico-material em que é produzida, assim como diretamente relacionada à ideia de progresso. Assim, defende-se que com essas novas tecnologias, o trabalhador e a sociedade se veriam livres de grandes corporações e das rígidas regras do governo. A promessa foi, e ainda é, de que a internet é o

⁸ Vide: **Economia do compartilhamento: uma revolução no consumo!** Acesso 24 de fevereiro, 2021 < <https://medium.com/@anibiamachado/economia-do-compartilhamento-uma-revolucao-no-consumo-180be92b05d4>>

meio ideal para uma sociedade mais horizontal, flexível e principalmente, de mais acesso.⁸

O que se propaga é que numa economia do compartilhamento as pessoas e comunidades utilizariam a internet, os aplicativos, para se conectarem, acessarem bens e serviços sem a necessidade de possuir bens de consumo ou contratar o serviço de grandes empresas. Propaga-se assim que esse movimento seria propulsor de uma economia mais sustentável social e ecologicamente e menos burocrática. Seguindo essa lógica rasa, menos produtos precisam ser produzidos, pois seriam compartilhados diminuindo a demanda por produção ao passo que haveria uma sociedade mais democrática pois as trocas ocorreriam de pessoa para pessoa. Um exemplo frequentemente citado pelos defensores da Economia do Compartilhamento é o de como a Airbnb desafia a indústria hoteleira⁹ e de como a Uber acabaria com os cartéis de táxi¹⁰.

Porém há um "pequeno" fator dentro dessa lógica que deve ser considerado: o sistema capitalista e sua essência contraditória capital-trabalho. Os aplicativos "mediadores" cristalizam-se como empresas voltadas para o lucro, extraem mais-valor sobre o disfarce de uma aparente horizontalidade. Oferecem serviços, mas "não tem empregados", oferecem imóveis para aluguel sem precisar investir em comprar e construir estruturas, contratar funcionários para a manutenção do espaço, muitas vezes sem ter de se submeter às legislações locais que regulam normas de segurança, como obrigatoriedade de extintores, saídas de emergência, a cumprir determinações de acessibilidade ou mesmo pagar impostos. Assim tais empresas alcançam altos valores de mercado explorando milhares de trabalhadores precarizados em todo o mundo assim como suas cidades¹¹. A ideia de que simplesmente com uma sociedade mais conectada teríamos mais democracia também se funda numa visão da aparência da realidade, que ignora os modos de expropriação dos meios de reprodução da vida.

Porém, não podemos de certo recair no erro ludista de que são as novas tecnologias em si que produzem nossa atual forma flexibilizada de exploração. Seria tão enviesado quanto defender que a tecnologia nos torna mais conectados e democráticos. Por essa razão se mostra imprescindível apontar as falhas e contradições do discurso propagado pelos defensores da Economia do Compartilhamento através da análise de seus impactos na realidade concreta.

Minha finalidade, neste trabalho, é avaliar as mudanças e impactos desse movimento

⁹ Vide: **Por que a economia compartilhada do Airbnb irrita hotéis e governos** Acesso 24 de fevereiro, 2021 <<http://www.ncm.com.br/artigos-empresas-estrategias/124-por-que-a-economia-compartilhada-do-airbnb-irrita-hoteis-e-governos>>.

¹⁰ Vide: **O cartel dos taxistas contra os aplicativos para carona** Acesso 24 de fevereiro, 2021 <<https://www.mises.org.br/article/1848/o-cartel-dos-taxistas-contra-os-aplicativos-para-carona>>.

¹¹ **Barron, Kung e Proserpio (2021) Effect of Home-Sharing on House Prices and Rents: Evidence from Airbnb**. Em tradução livre: "O efeito do compartilhamento de casa nos preços e aluguéis de casas: evidências do Airbnb".

tecno-financeiro-ideológico nas relações de trabalho atuais, com foco no Brasil para, sobre a ótica da Teoria da Reprodução Social, analisar como essas novas empresas baseadas na Economia do Compartilhamento podem estar afetando a vida de milhares de mulheres trabalhadoras.

Bem verdade que a flexibilização das relações de trabalho, como vimos em 3.1.2, já vinha acontecendo enquanto processo desde a década de 70 por todo o globo, mas foi com os microcomputadores, principalmente o uso massificado de celulares e a crise financeira de 2008¹² que a Economia do Compartilhamento ¹³ encontrou condições para se expandir em todo o globo. Para os objetivos deste trabalho cabe trazer as principais características desse novo modo de organização e gerenciamento do trabalho possibilitado e propagado pela Economia do Compartilhamento e que, apesar de não ser seu fruto exclusivo, se agrava contundentemente a partir de suas tecnologias e postulados.

3.3 Uberização: Principais categorias

Como vimos anteriormente (3) no Brasil esse processo de adesão massiva à Economia do Compartilhamento se deu justamente no início da crise econômica brasileira de 2014, com uma rápida expansão da empresa Uber que, apesar de não ser a primeira nem a única empresa responsável pelas novas formas de precarização do trabalho, se tornou símbolo desta condição no país. Segundo [Abilio \(2019\)](#) “A definição de uberização do trabalho se refere a uma nova forma de gestão, organização e controle, compreendida como uma tendência que atravessa o mundo do trabalho globalmente”.

Dentre os avanços técnicos que impulsionaram esse novo estágio de flexibilização das relações de trabalho ressalto a importância dos Smartphones. Estes foram fundamentais nesse processo, visto que com um sistema operacional complexo, passam a ter funcionalidades muito além da ligação e troca de mensagens. Elevando o nível de inserção digital na vida cotidiana, tanto em tempo que de uso (devido seu tamanho tamanho reduzido em relação à computadores e tablets têm a vantagem de poder ser utilizado em diferentes momentos e espaços) como em acesso (menor custo de produção em comparação aos outros aparelhos microcomputadores). Atualmente esses pequenos aparelhos móveis são utilizados como ferramenta de trabalho por milhares de pessoas e como ferramenta de controle, extração de dados e mais-valor por empresas multibilionárias. Tal extração de dados é o mecanismo que possibilita uma das principais características da Uberização, o que [Abilio \(2019\)](#) vai chamar de Gerenciamento Algorítmico.

¹² A crise financeira de 2008 faz parte de um processo mais amplo de crise estrutural do capitalismo, endêmica, cumulativa, crônica e permanente, iniciada na década de 1970. Para mais informações sugiro a leitura de [Mészáros \(2020\)](#).

¹³ [Slee \(2019\)](#).

3.3.1 Gerenciamento Algorítmico

O Gerenciamento algorítmico é a capacidade que as empresas-aplicativo (termo cunhado em ABÍLIO, 2017) possuem de gerenciar milhares de trabalhadores dispersos através do globo em tempo real, por meio da captura e processamento de dados utilizando algoritmos. Segundo Medina e Ferting (2006), um algoritmo pode ser definido como "um procedimento passo a passo para a solução de um problema" ou ainda como "uma sequência detalhada de ações a serem executadas para realizar alguma tarefa". Poderíamos dizer numa simplificação, por exemplo, que uma empresa-aplicativo de delivery deve construir um algoritmo que, recebendo os dados (*input*) da localização de motoristas entregadores + pedido do cliente + disponibilidade do restaurante, consiga processar essas informações e gerar uma resposta (*output*) que resultaria na entrega sendo realizada. Porém, a realidade é muito mais complexa e para que uma única entrega aconteça existem dezenas de fatores, dados, à serem processados para que a empresa garanta o serviço e maximize o lucro.

Trata-se essencialmente de uma nova forma de controle e mapeamento do processo de trabalho. As empresas capturam dados de quantidade, tipos de demanda e sua incidência sobre o espaço geográfico e em quais horários, coletam diversas informações sobre milhares de trabalhadores, para saber, por exemplo, o tipo de bonificação que funciona para mantê-los, pela maior quantidade de tempo possível, disponíveis ao trabalho. Tais empresas organizam a demanda e os trabalhadores segundo critérios obtusos, estabelecem de modo unilateral os valores a serem recebidos, direcionando a força de trabalho (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020) visando o maior lucro possível, para a empresa é claro. Relegando ao trabalhador, principalmente aos que se encontram em situação mais precária, pouca ou nenhuma escolha na maneira em que disponibiliza sua Força de Trabalho, ou como as empresas da Economia do Compartilhamento preferem dizer, como os trabalhadores gerenciam a si. O gerenciamento algorítmico possibilita, através desse mapeamento, um tipo de subordinação que conta com a previsão e a indução individualizada de comportamentos (ZUBOFF, 2018 apud ABÍLIO, 2020a).

O gerenciamento algorítmico trata-se, sobre tudo, de um processo autoritário. As estruturas de luta e organização dos trabalhadores típicas dos modelos Taylorista-Fordista de produção, organização dos trabalhadores como os sindicatos, foram (através de políticas de Estado neoliberais) sendo enfraquecidos no processo de transição às formas toyotistas de organização do trabalho. O gerenciamento algorítmico produz uma forma de comando "personalizado" e unilateral. No sentido de que, não há procedimentos claros para os trabalhadores plataformizados sobre os parâmetros que gerenciam o seu trabalho. Uma

¹⁴ Ver: Marcello Casal/Agência Brasil. **Entregador 'é descartável para os aplicativos', diz Galo.** Acesso em 06 de março, 2021. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2020/07/entregador-e-descartavel-para-os-aplicativos-diz-galo/>>.

das críticas que são feitas por líderes de movimento por direitos desses trabalhadores¹⁴ é o de que as empresas priorizam irrestritamente os clientes, provocando muitas vezes bloqueios de trabalhadores devido à algum tipo de comentário ou avaliação feitos por clientes de forma injusta ou mesmo mal entendidos, sem nenhuma oportunidade dos trabalhadores se defenderem.

Esse autoritarismo combinado a falta de garantias por parte do estado à essa classe de trabalhadores faz com que estes vivam numa constante insegurança. Um exemplo fatídico dessa insegurança ficou vergonhosamente evidente em 2020 e 2021, na pandemia de Covid-19. Mesmo com o serviços de entrega por aplicativo se configurando como essenciais (pois o único método eficaz de contenção do vírus por muito tempo foi a quarentena, com as pessoas tendo que ficar em suas casas) para entrega de insumos, por exemplo. Estes trabalhadores viram sua condição de insegurança aumentar, agora que, além dos riscos que já administravam, havia a Covid-19. Apesar de algumas empresas terem afirmado que garantiriam auxílios aos que se contaminassem, é pouca a transparência das empresas sobre como e à quantos desses auxílios de fato chegaram. Por relatos dos trabalhadores o que fica evidente é que o processo para tentar conseguir esses auxílios é tão burocrático e demorado que há casos em que mesmo depois de o trabalhador perder a vida para a Covid-19 seus familiares não conseguirem o suporte financeiro¹⁵ propagandeado pela empresa. Os relatos são de que, ao em vez de darem suporte aos trabalhadores, por vezes essas empresas os bloqueiam e instruem a pedir o auxílio emergencial fornecido pelo governo. Esse procedimento levou os trabalhadores a continuar a trabalhar doentes sem notificar as empresas, devido as dívidas e contas, com medo de serem bloqueados¹⁶. Em "condições normais" de precariedade por vezes os trabalhadores já tem que lidar com abusos relativo aos bloqueios não justificado pelas empresas, que por vezes, justificam-se por meio do próprio algoritmo¹⁷.

Esse tipo de gerenciamento é ativamente desagregador de processos de articulação de trabalhadores. Se, sobre os movimentos grevistas atuais realizado por meio de sindicatos, uma forma de intervenção muito utilizada pelas classes dominantes têm sido a justiça, por meio de multas e determinação de ilegalidade. Sob os movimentos de trabalhadores uberizados as empresas articulam sua política de preço dinâmico, aumentando o valor da remuneração durante certo período de tempo, perante o argumento liberal de oferta e demanda. O que, em uma economia cada vez mais desigual, mostra-se para muitos

¹⁵ LOBATO, Gisele . **Entregadores e motoristas de apps denunciam falhas no pagamento de licenças por covid-19**. Reporterbrasil. Acesso 15 de Abril, 2021: <<https://reporterbrasil.org.br/2020/07/entregadores-e-motoristas-de-apps-denunciam-falhas-no-pagamento-de-licencas-por-covid-19/>>

¹⁶ Ibid.

¹⁷ BRÊTAS, Pollyanna. **Motorista de aplicativo poderá ser indenizado por bloqueio de conta sem justificativa**. Extra. Acesso 15 de Abril, 2021: <<https://extra.globo.com/economia/motorista-de-aplicativo-podera-ser-indenizado-por-bloqueio-de-conta-sem-justificativa-24855399.html>>

trabalhadores, um imperativo. Mesmo nestas condições, no dia 1º de Junho de 2020 acontece a primeira mobilização nacional articulada por trabalhadores de aplicativo no Brasil, pela categoria dos motofretistas ¹⁸.

Em uma exacerbação do processo já em curso no modelo produtivo Toyotista (3.1.2), de captura da subjetividade do trabalhador, as empresas que gerenciam algoritmicamente seus trabalhadores se beneficiam do discurso empreendedor e da ideologia da Economia do Compartilhamento. Não haveriam os serviços se não houvessem "parceiros" conectados para realiza-los quando a demanda ocorre, o microempreendedor é "dono de seu próprio negócio" e deve arcar com seu custo, porém é a empresa que estabelece o ganho do trabalhador e sua própria taxa de lucro em cima do trabalho realizado. Os riscos são assim passados à milhares de autônomos engajados que não têm, na maior parte dos países, seu vínculo empregatício reconhecido. Abílio (2017) nos conta:

A uberização consolida a passagem do estatuto de trabalhador para o de um nanoempresário-de-si permanentemente disponível ao trabalho; retira-lhe garantias mínimas ao mesmo tempo que mantém sua subordinação. (ABÍLIO, 2017, p.2).

Filgueiras e Antunes (2020) chamam a atenção para os modos como as plataformas digitais se afirmam enquanto "mediadoras" em trocas de mercadorias e serviços entre autônomos, tratam seus trabalhadores como clientes e defendem que são flexíveis em relação à horários, local e ao modo como os "parceiros" disponibilizaram seus serviços. Dessa forma, ainda segundo os autores, busca-se invisibilizar e individualizar as relações de trabalho existentes nesse modelo. Enquanto que o governo, em prol do Capital Fictício, seguindo o projeto político econômico neoliberal e utilizando como argumento a ideia de modernização¹⁹ associado ao avanço tecnológico ("uma readequação aos novos tempos"), corroem as leis de proteção trabalhistas conquistadas no período do proletariado industrial sindicalizado aproximando o trabalho formal à informalidade. Alguns exemplos recentes são a criação, no governo Dilma, da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI) e a contrarreforma realizada pelo governo Temer em 2017²⁰.

¹⁸ CARVALHO, Igor. **Superexplorados em plena pandemia, entregadores de aplicativos marcam greve nacional**. brasildefato. Acesso 15 de Abril, 2021: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/16/superexplorados-em-plena-pandemia-entregadores-de-aplicativos-marcam-greve-nacional>>

¹⁹ Vide: Estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (Brasília, 2017): **Modernização Trabalhista Lei Nº 13.467, De 13 De Julho De 2017 - Panorama Anterior e Posterior à Aprovação**. Acesso 06 de março, 2021 <<https://www.sindirochas.com/arquivos/modernizacao-trabalhista.pdf>>

²⁰ LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017.

3.3.2 Autogerenciamento subordinado: Trabalhador *sob demanda*

Como vimos anteriormente (3.1.2) no Toyotismo a produção foi flexibilizada, passando a ser realizada sob demanda diminuindo custos na manutenção de estoques, tal organização da produção só foi possível graças aos novos avanços técnicos que possibilitaram maior controle em todas etapas produtivas. Agora imagine se além de não ter que investir na manutenção de estoques o dono da fábrica não precisasse gastar na manutenção de trabalhadores ou pagar o valor necessário à sua reprodução social, contratando-os "só quando necessário"²¹?

O Gerenciamento Algorítmico possibilitou que se dispersasse trabalhadores espacial e temporalmente. O local de trabalho e a jornada bem definidas não são mais necessários para garantir a produção. Com o trabalho orientado por tarefas, ou demandas, não há limites que estabeleçam o fim do período de disponibilidade do trabalhador ao trabalho e o início do tempo de "não trabalho", ócio, lazer, trabalho reprodutivo. A tarefa de gestão do tempo dedicado ao trabalho e tempo dedicado à reprodução da vida é transferida aos trabalhadores que, por vezes, trabalham mais do que quando haviam jornadas delimitadas. Muitos profissionais passaram a trabalhar sobre esse formato disperso à partir da Pandemia de Corona Vírus de 2020, mas sobre esse tema abordaremos na parte 4 desse trabalho.

Essa é uma tendência que atinge grande parte do mundo do trabalho, que se expande para profissões que historicamente possuem maior *status* social e garantia de direitos conquistados, como a advocacia e a docência, por exemplo. Porém esta forma de dispersão e controle do trabalho já estão a mais tempo em setores em que a precariedade é a regra. O trabalho sob demanda sempre foi característica da informalidade, dos milhares de trabalhadores brasileiros que não acessavam a carteira de trabalho e suas garantias e tinham de vender sua força de trabalho sem o intermédio ou garantias do Estado, garantindo diariamente sua sobrevivência. Exemplos dessas ocupações historicamente desprovidas de garantias e que hoje são visadas pelas empresas-aplicativo são as atividades de estética como manicure, cabeleireira²² e faxina²³. Já outros setores como os motofretistas que no passado eram majoritariamente contratados diretamente pelos estabelecimentos e restaurantes foram posteriormente sendo terceirizados e por último, uberizados.

O processo de uberização expressa um movimento de centralização do controle e monopolização financeira dos ganhos do trabalhador precarizado de diversas áreas por grandes empresas. As empresas terceirizam o trabalhador, passando para ela/ele o custo de sua reprodução. Naturalizando a relação de precariedade através do discurso empreendedor

²¹ "No século XIX, Marx já assinalava a tendência a uma opacidade ainda maior das relações entre capital e trabalho através do pagamento de salários por "peças", quando a remuneração do trabalhador depende não da jornada contratada, mas de sua produção". (MARX, 1985 apud FONTES, 2017).

²² Como as empresas: Singu, Make You, Easylook, Tokbeauty...

²³ Como as empresas: GetNinjas, Blumpa Diaristas, Parafuzo, Diariaja, Mariabrasileira, Cleanhouseexpress...

e disfarçando as relações de subordinação. Pois segundo [Abílio \(2020b\)](#) "o poder de definir o valor da remuneração do trabalhador, a distribuição do trabalho, as regras e critérios de distribuição e remuneração é de total propriedade das empresas". Outro aspecto da Economia do Compartilhamento é o de que as empresas fazem grandes investimentos para se expandir e tornar-se presente na vida dos usuários, nas estruturas das cidades, corroendo assim as antigas formas de realização daquele serviço que vem oferecer, tornando difícil até mesmo a escolha do trabalhador de ser um autônomo não subordinado aos aplicativos, elas sugam a demanda, um exemplo é a dificuldade que trabalhadores que antes trabalhavam como motofretistas à anos têm de trabalhar por fora dos aplicativos ou a concorrência que os motoristas de táxi enfrentam na concorrência com essas empresas. Resta aos trabalhadores gerenciar sua sobrevivência, os custos necessários para realizar o trabalho, gerenciar riscos tanto para a saúde, em exposição a violência, acidentes de serviço, de danos ao material necessário ao trabalho, entre tantos outros que envolvem sua manutenção enquanto trabalhador como dos seus meios de trabalho. Enquanto são controlados, mapeados e expropriados por empresas que transnacionais.

O Estado têm cumprido um importante papel em não assegurar ²⁴ vínculos entre as empresas e trabalhadores, muitas vezes baseados no argumento de que, como estes trabalhadores teriam flexibilidade para se autogerenciar não seria considerado vínculo empregatício, ignorando a real condição de subordinação e extração de mais-valor das empresas sobre o trabalho precarizado. De fato o que existe é um incentivo à um "aumento de competitividade" no Brasil no desenvolvimento de tecnologias da Economia Compartilhada. O Marco das Startups²⁵, por exemplo, facilita o "Contrato Público para Solução Inovadora" determinando os processos que facilitam a licitação de compras públicas de serviços de Startups ²⁶ para "incentivar as empresas e propor soluções inovadoras para o Estado", a apresentação de parte da documentação ou da prestação de garantias por parte das empresas estaria dispensada e o pagamento antecipado de parcela do contrato pelo Estado seria permitido ²⁷.

²⁴ Revista Consultor Jurídico. **ECONOMIA NO BICO Maioria dos países não regula relação entre trabalhadores e plataformas.**, 26 de setembro de 2020. Acesso 15 de Abril, 2021: <<https://www.conjur.com.br/2020-set-26/mundo-vem-regulando-relacao-entre-trabalhador-plataformas>>

²⁵ Câmara dos Deputados. **PLP 146/2019 Inteiro teor Projeto de Lei Complementar.** Acesso 15 de Abril, 2021: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2205645>>

²⁶ GARCIA, Gustavo ; RESENDE, Resende. **Senado aprova projeto que estabelece Marco Legal das Startups.** G1 e TV Globo — Brasília 24/02/2021. Acesso 15 de Abril, 2021: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/02/24/senado-aprova-projeto-que-estabelece-marco-legal-das-startups.ghtml>>

²⁷ Revista Consultor Jurídico. **Senado aprova Marco Legal das Startups com alterações.** conjur.25 de fevereiro de 2021. Acesso 15 de Abril, 2021: <<https://www.conjur.com.br/2021-fev-25/senado-aprova->

3.3.3 Crowdsourcing

O termo *Crowdsourcing* (UNTERBERG, 2010) refere-se a um processo de terceirização na era da Economia do Compartilhamento, o trabalho da multidão. Com tarefas mais ou menos próximas das formas trabalho já conhecidas, as empresas se utilizam da força de trabalho de uma multidão de usuários de suas plataformas. É uma técnica muito utilizada para alimentar inteligências artificiais ²⁸, por exemplo, que ganham eficiência e valor de acordo com a variedade de dados que agregam. Identificando o trabalho do usuário como contribuição, para uma coletividade, de um bem comum, invisibilizando o fato de que o produto daquele trabalho gera mais-valor à empresa ou plataforma específica.

Uma diferença entre a terceirização do trabalhador *just-in-time* da terceirização do *Crowdsourcing* é que sobre este último as delimitações da forma trabalho costuma ser ainda mais incertas e não há necessariamente um valor atribuído pelas atividades. O sistema de avaliação de um aplicativo, por exemplo, é uma terceirização *Crowdsourcing* aos seus milhares de usuários do dever da empresa de vigilância da qualidade de seus serviços. As plataformas de museus e instituições de pesquisa ²⁹ que terceirizam o trabalho de pesquisadores utilizando *Crowdsourcing* para solução de problemas de pesquisa, para construção de coleções online, traduções de livros, para construção de algoritmos para empresas, vigilância pública entre muitos outros trabalhos que são realizados nesse modelo³⁰. Para Abílio (2020b):

A base do crowdsourcing, portanto, é a multidão de trabalhadores disponíveis e engajados, que não são contratados ou pré-selecionados. Aderem às atividades disponíveis, arcam com os riscos e custos, dedicam seu tempo de trabalho a tarefas pelas quais podem ou não ser remunerados, em atividades que podem ou não ser reconhecidas como trabalho. (ABÍLIO, 2020b, p. 121).

No caso específico do *Crowdsourcing* utilizado como sistemas de avaliação de consumidores, é transferido o papel da vigilância do trabalhador. As avaliações da multidão fazem o papel de fiscalização e dão a aparência de estabelecer um padrão de qualidade do serviço da plataforma, sistema o qual Slee (2019) desmistifica no capítulo de seu livro "Estranhos confiando em estranhos". Apesar de não garantir padrões de qualidade, os sistemas de avaliação cumprem um papel no Gerenciamento Algorítmico do trabalho platformizado, sendo um importante critério de distribuição do trabalho e de remuneração. As avaliações ainda cumprem um papel para o controle da subjetividade do trabalhador, que muitas vezes medem seu desempenho segundo ranqueamento e avaliações de clientes,

marco-legal-startups-alteracoes>.

²⁸ Vide: **crowdsourcing do Google**. Acesso 01 de Abril, 2021: <<https://crowdsourcing.google.com/>>

²⁹ NASA Clickworkers

³⁰ Lista de Projetos crowdsourcing. Acesso 01 de Abril, 2021: <https://en.wikipedia.org/wiki/List-of_crowdsourcing_projects>.

tendo por vezes que trabalhar mais ou em piores condições, pois ao final da tarefa o que vai contar para que a empresa continue encaminhando serviços ou para que te encaminhe os serviços com melhor remuneração em relação aos outros ou ainda para não te bloquear da plataforma será o ranqueamento de pontos feitos a partir da avaliação subjetiva e descriteriosa dos clientes, parte da multidão de fiscalizadores que também são terceirizados pelas empresas.

3.3.4 Gamificação

A Gamificação diz respeito aos novos métodos de produção de engajamento do trabalhador no trabalho plataformizado. Sobre o modelo Toyotista ocorrem mudanças no processo produtivo que fazem necessário outro tipo de engajamento dos trabalhadores. Com uma produção mais dispersa, com trabalhadores tendo que assumir papéis polivalentes, tarefas envolvendo cada vez mais automação, com o controle de todas as etapas da produção faz-se necessário reforçar a conexão do trabalhador com a tarefa que executa, capturando sua subjetividade através de bonificações, criando competições, dinâmicas entre funcionários de vários níveis da hierarquia da empresa dando uma ideia de horizontalidade e de um propósito coletivo. O ponto crucial é instaurar um elo direto entre o desempenho do negócio e o comportamento dos operários e estimular o comprometimento operário, através da pressão coletivamente exercida pela equipe de trabalho, a eficácia não é mais garantida pela rapidez do operário individual em seu posto de trabalho como nas esteiras fordistas, mas, pela integração, ou engajamento estimulado, da equipe de trabalho com o processo de produção (ALVES, 2006).

A Gamificação é um modo de captura da subjetividade que vem sendo utilizado por empresas no geral e por empresas-aplicativo para garantir o engajamento tanto de consumidores, como de trabalhadores. Um de seus exemplos mais práticos é o sistemas de pontos que garantem uma classificação entre consumidores e trabalhadores. A Gamificação pode ser definida como uma estratégia apoiada na aplicação de elementos de jogos para atividades que não são jogos sendo utilizada para influenciar e causar mudanças no comportamento de indivíduos e grupos (BUNCHBALL, 2010 apud COSTA; MARCHIORI, 2015). O engajamento é buscado através da utilização de mecanismos de jogos como uma dinâmica de *feedback* e recompensas que produzem uma sensação de progressão de quem utiliza a plataforma, através da inserção de eventos aleatórios, como prêmios que aparecem sem aviso podendo gerar estímulos e curiosidade nos usuários como também pode ser uma forma de obter novos participantes ou manter a atenção dos envolvidos (COSTA; MARCHIORI, 2015).

É uma técnica que mistura diversas áreas de estudos, como a psicologia social, comportamental, formas distintas de análise qualitativa de dados e gestão. Utilizando-se de coleta e análise sistematizada de dados fornecidos pelos próprios usuários, identifica

motivações e infere reações em tempo real ao tipo de comportamento do usuário. A ideia, objetivo principal, é a captura do desejo. Um exemplo capaz de evidenciar o tipo de engajamento almejado pela Gamificação é a recorrentemente anunciada teoria do *Flow* do psicólogo húngaro Mihaly Csikszentmihalyi que defende que por meio de um equilíbrio na relação entre desafio e habilidade, na percepção de alguma tarefa, é possível criar um canal de fluxo, onde se encontra o estado de fluidez, ou êxtase (BUNCHBALL, 2010). Seria necessário criar níveis, etapas que representem evolução das habilidades do usuário para manter o estado de fluxo. Este estado seria caracterizado por ser um momento de plena concentração, em que os objetivos devem estar evidentes, a tarefa deve ter um retorno (*feedback*) imediato, em que deve ocorrer uma mudança na percepção (o tempo passando rapidamente, por exemplo), floresçam sentimento de clareza e controle sobre as tarefas e uma ausência de autoconsciência durante a realização da tarefa. O autor ainda identifica o estado de *flow*, de fluidez, como "um estado de concentração tão focado que equivale a absorção absoluta em uma atividade (...) Tanto o senso de tempo quanto os problemas emocionais parecem desaparecer"(CSIKSZENTMIHALYI; CSIKSZENTMIHALY, 1990).

Podemos refletir que o objetivo das empresas em adotar a Gamificação é um passo à frente no processo de captura do capital sobre o trabalho, é uma ferramenta que possibilita extrair mais trabalho a partir do controle do prazer, por mais tempo e maior intensidade, tornando difusa a fronteira entre trabalho e tempo livre, entre a consciência enquanto ser social adquirida através do trabalho significativo e a "conquista de habilidades" e "conclusão de tarefas" dentro de uma estrutura criada para mantê-lo conectado, imerso, através do reforço positivo-negativo, esperando descobrir, quem sabe, seu ponto máximo de exaustão.

3.3.5 Trabalho amador

A leitura mais contundente sobre o processo de amadorização do trabalho certamente é a de Abílio (2020b). Antes de se debruçar sobre o processo de uberização em si, a cientista pesquisava o trabalho de mulheres revendedoras de cosméticos no *Sistema de Vendas Diretas* (SVD)³¹. Segundo Abílio, já se dava sobre as categorias de trabalhos tipicamente femininos as características da amadorização que atualmente se difundem com a uberização, através das empresas-aplicativos.

A amadorização, definida (ABÍLIO, 2020b) como as perdas das formas socialmente reguladas e estabelecidas de trabalho, daquilo que confere identidade ao trabalhador, é decorrente de novas formas de trabalho que são mais maleáveis, têm maior capilaridade devido a flexibilização em relação tanto ao espaço quanto ao tempo em que será realizado, podendo ser executado no período entre outras formas de trabalho, como o trabalho doméstico ou trabalhos formalmente estabelecidos. Além do mais, se diferencia da precariedade

³¹ A autora (ABÍLIO, 2015) escolhe fazer seu estudo sobre as revendedoras da Natura, devido as proporções da empresa, que era a campeã em vendas no setor de cosméticos no Brasil à época (2013).

que estrutura historicamente o mercado informal dos países à margem do capitalismo, no sentido de que estas novas formas são produzidas e geram altas margens de lucro para grandes empresas, que utilizam-se dessas novas formas para externalizar riscos diretamente para o trabalhador.

Se constitui nesse princípio, da flexibilidade, o principal argumento para a burguesia no não reconhecimento do vínculo de emprego das relações uberizadas, o argumento é o de que, devido a essa flexibilidade, se configuraria uma relação de natureza autônoma e não de subordinação. Porém, como [Abílio \(2020b\)](#) nota, é justamente essa característica que:

Se traduz na ausência de medidas e limites com relação ao tempo de trabalho, às condições de trabalho, à saúde e segurança do trabalhador. Significa ainda uma nebulosidade quanto à remuneração do trabalho, no qual, por sua perda de formas, se confundem ganhos, investimentos e custos. (ABÍLIO, 2020b, p. 122).

Ocorre que o trabalho flexível como complemento de renda só é uma realidade se existir uma renda à ser complementada. Na concretude ele se impõe como um novo modo (forma) da relação Capital-Estado-Trabalho que sai das ocupações mais à margem do mercado de trabalho e da sociedade capitalista (não por acaso representada pelas mulheres trabalhadoras), para atingir ocupações que historicamente foram ocupadas pelos extratos mais ricos da sociedade.

Segundo Abílio no SVD já haviam diversas características que indicavam a nova morfologia do trabalho ante o avanço neoliberal. Foi um "modelo de negócios", utilizado pela Natura desde 1974, que se beneficiou e beneficia ³² da externalização de riscos para as revendedoras, fazendo com que elas tenham que lidar com as flutuações do mercado, com a possibilidade de adquirirem estoques que não serão vendidos, que tenham que garantir as condições de realização de seu trabalho. A amadorização de trabalhadoras brasileiras, e sua consequente precarização, utilizadas para extração de lucro por grandes empresas é anterior ao processo de que hoje se beneficiam as empresas aplicativo.

O SVD, da Natura, já continha um sistema de pontos (um modo de captura que, como vimos, é parte dos processos de Gamificação do trabalho uberizado) que incentivava a compra de estoques que muitas vezes não eram vendidos, fazendo ranqueamentos que transformavam as revendedoras em vendedoras-consumidoras. Dessa maneira essas mulheres realizavam também o trabalho de divulgação da marca, tornando-se vitrines vivas dessas empresas ([ABÍLIO, 2015](#)). Num processo semelhante à estratégia das empresas aplicativos, que se valorizam com adesão de novos trabalhadores as suas plataformas, pois quanto mais trabalhadores conectados, maior a qualidade-quantidade de serviço disponível

³² No momento de sua pesquisa [Abílio \(2015\)](#) constatou que a empresa de cosméticos Natura possuía em 2014 no Brasil 1,3 milhões de revendedoras e que em 2013 o setor de SVD havia movimentado mundialmente o montante de US\$ 169 bilhões e R\$ 41,6 bilhões no Brasil.

o que garante, ao mesmo tempo, o fortalecimento de sua marca e menor remuneração ao trabalhador, assim como um tempo maior de serviço.

O SVD demonstra o espraçamento da forma de trabalho amador, pois o trabalho que era realizado anteriormente nas lojas de cosméticos por trabalhadoras que tinham sua carga horária determinada, local de trabalho, certo tipo de treinamento e seleção (formas social e legalmente reconhecidas de trabalho), é transferido então a uma multidão de mulheres que realizam esse serviço em todo tipo de local, que assumem riscos que anteriormente ficavam a cargo das empresas (por exemplo de estoques que não serão vendidos ou mesmo casos de furto de mercadorias, inadimplência...), sem garantias em relação a saúde, seguridade ou renda fixa. À categoria trabalho amador atribui-se essas novas formas que caracterizam-se pela flexibilidade, instabilidade, e que se coloca como um tipo de trabalho temporário, e que não possui alguns dos elementos socialmente estabelecidos que envolvem a regulação do Estado e estruturam a identidade do trabalhador enquanto tal ([ABÍLIO, 2020b](#)).

4 Proposições para uma concepção unitária do processo de uberização no Brasil

Nesse momento quero acrescentar algumas considerações para que possamos prosseguir com transparência sobre alguns limites do texto aqui redigido. Meu objetivo nessa parte final é realizar um breve ensaio, a partir dos autores e teorias trazidos nos dois capítulos anteriores, para discutir os possíveis impactos da expansão da uberização do trabalho na vida das trabalhadoras brasileiras. Porém deixo explícita as limitações deste trabalho em pontos que considero de extrema relevância, mas que não consegui abordar dentro da extensão da atual proposta, tais quais como: 1) A compreensão da inserção e transição dos diferentes modelos produtivos no Brasil; 2) Da reconstituição histórica das formas particulares da constituição da instituição da família assim como do papel das mulheres racializadas na reprodução social no Brasil ¹, ambas forjadas nas estruturas sociais escravistas baseadas em teorias racistas de hierarquias raciais². Contudo, tendo esses fatos históricos em perspectiva, buscarei considerá-los em minha análise.

Analisar a opressão de gênero sobre o processo de uberização do trabalho requer pensar o Neoliberalismo e as formas como seus propulsores têm utilizado as novas tecnologias para capturar o trabalho e a vida da classe trabalhadora, acelerando processos de exploração e concentração do capital.

Existem diversos estudos que afirmam que a formalidade, o trabalho de carteira assinada e com garantias, se configuram no decorrer da história como a exceção, numa perspectiva global, das relações de trabalho através do globo e nas periferias do sistema capitalista. Sobre esse fato [Fontes \(2017\)](#) afirma:

Nunca houve, em nenhuma sociedade capitalista, direito ao trabalho (...) Há, sim, obrigação de vender força de trabalho e essa obrigação sequer precisa ser legal, pois se assenta na “natureza das coisas” para essa sociedade expropriatória.(FONTES, 2017, p. 51).

A diferença, como [Abílio \(2020b\)](#) percebe em sua análise, é que as características que eram antes marginais no mercado de trabalho tornam-se agora centrais, conquistando cada vez mais categorias profissionais e se estabelecendo através de contra-reformas

¹ Recomendo a leitura de [Vieira \(2018\)](#).

² A manutenção da dominação dos povos escravizados se deu por artifícios jurídicos, ideológicos e pelo uso incondicional da força. Uma dessas estratégias de dominação das elites coloniais era o estupro de mulheres escravizadas, fato que está tão enraizado no fundamento da sociedade brasileira que deixou marcas na constituição genética da população atual: <<https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-biologicas/dna-preserva-historia-de-indigenas-e-escravos-no-genoma-dos-brasileiros/>>.

governamentais³. Porém, o que ocorre de novo na maneira como a precariedade é produzida, é o incremento de novas formas de controle e gerenciamento possibilitados pelas novas tecnologias.

Dessa forma, o complexo de relações sociais que constituíram o mercado de trabalho (formal e informal), histórica e materialmente a partir de demarcadores de raça, gênero e geográficos, passa por um amplo processo de reestruturação produtiva que possibilita a captura da força de trabalho de toda a classe trabalhadora, expandindo a forma como captura e organiza o trabalho, pelo controle disperso dos trabalhadores. Propulsoras do discurso neoliberal, empresas-plataformas utilizam algoritmos capazes de gerenciar massas de trabalhadores em proporções nunca vistas, afirmando na maioria das vezes serem mediadoras de uma relação de troca comercial, na reafirmação do que Marx já identificava como a aparência, em sua crítica aos economistas clássicos, de uma troca entre iguais. O que ocorre é que essas relações são de exploração da força de trabalho. Atravessando e fortalecendo desigualdades, as empresas-aplicativo lucram com a crise e a precariedade.

O discurso empreendedor é um ponto de conexão evidente entre feminismos liberais⁴ e a uberização do trabalho, a ideologia que produz o imperativo moral que joga à classe trabalhadora de maneira individual, a culpa por sua condição, que promete que se a trabalhadora merecer, trabalhando todos os dias, se continuar se profissionalizando, criando filhos, sua condição irá melhorar. Que tenta convencer trabalhadores de que o trabalho intermitente é sua condição temporária e não padrão, ou de que, por não ter horários fixos e patrão lhe dando ordens diretas, estariam em condição de maior "liberdade". Assim como não é simplório a proporção do crescimento⁵ de atividades como o Coaching⁶ e da propaganda sobre a "habilidade de resiliência"⁷ que adquirem um tom acentuado de mau gosto, para dizer o mínimo, em momentos como a pandemia de Covid-19.

Este discurso, baseado em preceitos neoliberais, meritocráticos, de aparente liberdade, da associação entre progresso ("maior qualidade de vida") e tecnologia-inovação, da euforia acerca de habilidades socio-emocionais, são essenciais às novas formas de trabalho. Fundamentam a base ideológica para a dispersão do trabalho, transferência de riscos da manutenção do meio de produção e de sua reprodução social. É essencial, por exemplo, para as empresas-aplicativo que motofretistas, manicures, professores, advogados, se vejam

³ Nota de rodapé nº 15 (3.3.1).

⁴ Ver: <<http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/>>.

⁵ Ver: <<https://www.terra.com.br/noticias/dino/coaching-cresce-mais-de-300-no-pais-movimenta-milhoes-e-atrai-profissionais-que-buscam-se-reinventar.html>>.

⁶ Segundo o **Ibccoaching**: "Coaching é um processo, uma metodologia, um conjunto de competências e habilidades que podem ser aprendidas e desenvolvidas por absolutamente qualquer pessoa pra alcançar um objetivo na vida pessoal ou profissional, até 20 vezes mais rápido, comprovadamente". Acessado 26 de Abril, 2021. Disponível em: <<https://www.ibccoaching.com.br/porta/coaching/o-que-e-coaching/>>.

⁷ Ver: <<https://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2021/03/24/conheca-historias-de-resiliencia-com-o-globo-reporter-nesta-sexta-26.ghml>>.

como microempreendedores que devem comprar-alugar sua moto, seus esmaltes, garantir um espaço em sua casa, sua formação, para que possa competir no mercado de trabalho e ter sucesso, ou não, segundo suas habilidades, empregabilidade ou esforço. Que entendam que dedicação-resiliência sejam recompensadas com um futuro "sucesso" ou bonificação, o convencimento de que existe essa correspondência é essencial para estender e controlar a exploração de mais-valia da força de trabalho dispersa, seja nas ruas ou e em regime home office.

Há ao mesmo tempo, sobre as mulheres e sobre os papéis de gênero uma complexa relação dos movimentos neoconservadores e neoliberais por todo o mundo e no Brasil, na constituição de suas formas. No Golpe de 2016 temos no Brasil um fortalecimento de discursos misóginos muito impulsionados pela grande mídia, unindo esforços das diferentes alas da burguesia em prol da saída da ex-presidenta Dilma Rousseff do poder⁸ utilizando-se de esteriótipos de gêneros e muitas vezes, da inadequação, ou da Dilma com atributos femininos ou do gênero feminino com a capacidade de governar. Mesmo no dia da votação do impeachment a defesa da "família" foi central nos discursos⁹ daqueles que votaram a favor do Golpe. Segue-se uma nada trivial matéria naquele mesmo ano da revista VEJA¹⁰ que reafirma papéis de gênero burgueses, da mulher dedicada a "cuidar do lar", da "criação dos filhos"¹¹ e de sua estética.

Posteriormente as questões sobre o aborto e o controle da educação, envolvendo tanto o movimento contra a "Ideologia de gênero" como da "Escola sem partido"¹², se mostraram basilares para a eleição do presidente ligado ao movimento neoconservador, Jair Bolsonaro, numa junção com um economista que foi um dos *Chicago Boys*¹³, dessa forma apresentou-se para neoliberais e neoconservadores uma alternativa viável e única para prosseguir com os projetos de reformas neoliberais do Estado e garantir o reforço de papéis "tradicionais de gênero", da manutenção da "família tradicional brasileira" (lembra-se da utilização burguesa da linguagem emprestada? 2.2.5).

⁸ Moritz e Rita (2020).

⁹ REIS, Thiago. **Deus, filhos... Veja os termos mais citados na votação do impeachment**. G1, São Paulo. 2016. Acesso 26 de Abril, 2021. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-termos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html>>.

¹⁰ LINHARES, Juliana. **Marcela Temer: bela, recatada e "do lar"**. VEJA. Abril. 18 abr 2016. Acesso 26 de Abril, 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>.

¹¹ Coloco entre aspas porque entendo que, principalmente no Brasil, apesar dessa ser uma reatualização do modelo familiar do *American way of life* existe a especificidade desse trabalho reprodutivo da esfera doméstica ser delegado majoritariamente a mulheres da classe trabalhadora, de maioria composta de mulheres negras.

¹² Sobre esse tema recomendo a leitura de Leite (2019).

¹³ (2.1), grupo que de formação Norte Americana que implementou o experimento do projeto Neoliberal pela primeira vez junto à ditadura de Pinochet (Chile, 1974-1991).

Ao passo que ocorreram concomitantemente à essa escalada do discurso misógino¹⁴ reformas estruturais do projeto neoliberal de Estado (2.1) que afetam diretamente as condições materiais das mulheres trabalhadoras no Brasil:

- **Emenda constitucional n.95** que enfraquece e limita os investimentos em políticas sociais, fragilizando toda a rede de proteção social através de um teto de gastos, afetando áreas como a educação, saúde, serviço social, na prevenção social da violência entre outros. Com a austeridade do Estado em áreas como saúde e educação o trabalho reprodutivo recai ainda mais sobre as mulheres trabalhadoras.
- **Reforma trabalhista (Lei n.13.467, de 13 de junho de 2017)** que, dentre diversos impactos e formas de precarização do trabalho (ou ainda de legalização de aspectos da informalidade), afeta mulheres fragilizando os direitos das gestantes que trabalham em ambientes insalubres (RAFAGNIN, 2019), por exemplo. É utilizado ainda como um dos argumentos de defesa de sua implementação de que a flexibilidade seria benéfica às mulheres facilitando o cumprimento de tarefas domésticas e da criação de filhos, como exemplifica o trecho retirado do site¹⁵ *migalhas*¹⁶:

Novas modalidades de emprego que podem ser alternativas às mulheres considerando a maior flexibilidade da jornada de trabalho, tais como o teletrabalho, o trabalho intermitente e o trabalho autônomo, por exemplo. Os benefícios dessas modalidades para as mulheres são inúmeros, como por exemplo, podem conciliar o trabalho com a criação dos filhos, com trabalhos de casa e com estudos (...). (MIGALHAS, 2017, disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/270553/reforma-trabalhista-e-seus-impactos-no-trabalho-da-mulher>>).

Reforçando mais uma vez as formas de gênero colocadas no projeto de sociedade da aliança neoliberal e neoconservadora (MORAES, 2020).

- **Previdência (PEC 06/2019)** que, segundo nota técnica do Dieese¹⁷, prejudicam

¹⁴ Não é que eu acredite que tenha deixado de existir em algum momento, porém sua propagação e legitimação em grandes mídias e em discursos políticos possuem um efeito concreto na sociedade; A Comissão Interamericana de Direitos Humanos alertou em 2019 para o aumento do número de assassinato de mulheres no Brasil com grandes riscos enfrentados por mulheres em situação de vulnerabilidade por conta de sua origem étnico-racial, orientação sexual, identidade de gênero, situação de mobilidade humana, aquelas que vivem em situação de pobreza, as mulheres na política, jornalistas e mulheres defensoras dos direitos humanos. Acesso 27 de Abril, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-02/numero-de-assassinatos-de-mulheres-no-brasil-em-2019-preocupa-cidh>>.

¹⁵ AHAD, Claudia Abdul. **Reforma Trabalhista e seus impactos no trabalho da mulher**. 2017. Acesso 27 de Abril, 2021. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/270553/reforma-trabalhista-e-seus-impactos-no-trabalho-da-mulher>>.

¹⁶ Migalhas é fomentador de notícias jurídicas do Broadcast Político da Agência Estado, e distribui conteúdo jurídico em parceria com a UOL.

¹⁷ Nota Técnica DIEESE n° 202 – “PEC 06/2019: As mulheres, outra vez, na mira da Reforma da

ainda mais as mulheres do que os homens, sendo estas afetadas tanto pela elevação da idade mínima quanto pelo aumento do tempo mínimo de contribuição. No relatório um ponto importante colocado é de que, como são as mulheres que realizam majoritariamente o trabalho reprodutivo, sua inserção no mercado de trabalho se dá em piores condições (interrupções, ou mesmo dificuldade de inserção) que se agravam em momentos de crise dessa forma possuem majoritariamente um período menor de atividade econômica necessária para completar o cálculo por anos de contribuição. A contrarreforma em questão diminui a correção que deve ocorrer no cálculo contributivo, aumentando a pobreza da velhice feminina.

A verdade é que, por mais que exista um certo movimento de feminismo liberal e exaltação do empoderamento, e mesmo uma certa discordância em certos momentos com a agenda neoconservadora no discurso sobre o papel da mulher, a pressão colocada sobre o trabalho reprodutivo se torna cada vez mais violenta. Entre mulheres "resilientes", "empreendedoras" ou ainda "recatadas e do lar", formula-se o papel de gênero que devem garantir que as mulheres permaneçam em sua condição de produtoras da mercadoria especial, força de trabalho e trabalhadoras por extensas jornadas para o capital, na busca de naturalizar a acentuação da exploração do trabalho reprodutivo no regime neoliberal.

Poderíamos dizer que a verdadeira "cortina de fumaça" são as formas como as empresas-aplicativo têm sido bem sucedidas em ocultar e dissimular relações de exploração de mais-valia, não sem o devido apoio do Estado, e da extração de trabalho não pago, da reprodução social. Seu valor aumenta na proporção que conseguem se tornar cada vez mais onipresentes, capturam mais-valor sobre os trabalhadores que trabalham sobre sua gerência; na medida em que mais usuários utilizam suas plataformas alimentando-as com avaliações, comentário e trocas num processo de crowdsourcing; em que englobam relações comerciais e não comerciais que antes ocorriam localmente enfraquecendo outros modos interação. Dessa forma têm lucrado sobre a extração de mais-valor de formas mais o menos reconhecidas como trabalho (embora não se reconheça o vínculo entre trabalhadores e a empresa) mas também sobre formas menos reconhecidas como o crowdsourcing, assim como tem alterado os modos de organização não só produtiva mas também de reprodução da vida.

A relação capital-trabalho, sua subsunção, é por essência contraditória, desumanizadora. Porém a tecnologia, as novas possibilidades e relações que dela derivam, tem servido como um recurso ideológico utilizado para apresentar falsas soluções (aparência) às crescentes massas de desempregados sobre o regime neoliberal. As novas formas do trabalho expandem-se, muitas vezes dissimulando trabalho humano na aparência de trabalho-máquina, trabalho morto (ou ainda de "trabalho não humano"), ao exemplo do

trabalho de regulação de conteúdo de redes sociais executado em países periféricos da economia global¹⁸, a desumanização dos trabalhadores de serviço sob demanda¹⁹, até mesmo a produção dos algoritmos têm sido terceirizadas²⁰ e por vezes apresentam-se como algo descorporificado. Assim as formas sobre as quais o trabalho vivo esta em processo de captura pelo capital se tornam cada vez mais dissimuladas e de difícil rastreio. Assim as empresas-aplicativo se apresentam por vezes como solução, como uma opção de renda em momentos de crise e austeridade, enquanto essencialmente estas precisam da austeridade para continuar expandindo sua captura de trabalho e de fato são os momentos de crise em que as empresas têm sua maior expansão.

Mas fato é que o trabalho uberizado é trabalho e, por mais que tenha a aparência de liberdade-flexibilidade (autogerenciamento subordinado) ou perda de suas formas socialmente estabelecidas (amadorização, crowdsourcing), as empresas-aplicativo necessitam do trabalhador, de sua força de trabalho, como em todos os modos de produção capitalista. Assim sendo, temos que tentar compreender como a uberização se relaciona com a reprodução social, tendo em vista a relação contraditória-porém-necessária entre capital e a reprodução de trabalhadores.

Um fator identificável é que nessas novas formas de trabalho gerenciados através de algoritmos, assim como no SVD das empresas de cosméticos, grandes empresas terceirizam aos trabalhadores a responsabilidade de ter que garantir a estrutura para a realização de seu trabalho (comprar ou alugar uma moto, pagar gasolina e caixa com a logo da empresa; garantir seu próprios produtos de limpeza para trabalhadoras desses aplicativos, para os teletrabalhadores compra de pacotes de internet, computador, cadeiras ...), ao passo que com cada vez menos acesso à serviços públicos de saúde e educação; com a contra reforma da previdência, a classe trabalhadora tem que lidar com um gerenciamento do impossível, gerando crescentes níveis de endividamento da população²¹.

Sobre o acometimento da Covid-19 tivemos a aceleração desse processo de transferência de riscos e custos da manutenção dos meios para realização do trabalho para

¹⁸ Ver: RIESEWIECK, Moritz; BLOCK, Hans. **The Cleaners**. Gebrueder Beetz Filmproduktion. Acesso 28 de Abril, 2021. Disponível em: <<https://www.sundance.org/projects/the-cleaners>>.

¹⁹ ALCOFORADO, Michel. **A colaboração vai nos matar**. TEDxExposicao. Acesso 28 de Abril, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NQ0-HCusfDY&ab_channel=TEDxTalks>.

²⁰ PAIVA, Fernando. **Com produção de apps na Índia, Offshorent consegue ser 45% mais barata**. mobiletime. Acesso 28 de Abril, 2021. Disponível em: <<https://www.mobiletime.com.br/noticias/24/05/2016/com-producao-de-apps-na-india-offshorent-consegue-ser-45-mais-barata/>>.

²¹ Mesmo antes do agravamento da crise ocasionada pela Covid-19 a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) desde 2010, já demonstrava o maior índice de inadimplência em dezembro de 2019 desde o início da série histórica, de 65,6%. Acesso 29 de Abril, 2021. Disponível em: <<https://www.portaldocomercio.org.br/categorias/pesquisas>>.

o trabalhador, assim como de sua reprodução social. Foi constatado que a forma mais eficaz e cientificamente comprovada de contenção do vírus é o isolamento social, que restringe a circulação de pessoas. Com isso muitos serviços que antes eram realizados nas empresas ou estruturas públicas passaram a ser realizados em casa, sobre o regime de teletrabalho (sendo inclusive adotado na administração pública federal ²²). Apesar desse movimento conter muitas áreas que estão num regime que não enquadrado no que considero aqui enquanto trabalho uberizado²³, no sentido de terem em grande parte vínculos de formas de trabalho socialmente estabelecidos (uma identidade profissional), terem um certo nível de estabilidade (fora do regime de remuneração sob demanda, apesar de ter fortes sistemas de monitoramento de produção), de não serem gerenciados por algoritmos (ainda), elas indicam algumas consequências da uberização do trabalho para as mulheres. Pois apresentam o mesmo movimento de reajuste estrutural imposto sobre o neoliberalismo de externalização e dispersão, dos custos de produção e reprodução, dispersão e individualização da força de trabalho. Nesse sentido deixam evidente alguns dos impactos desse processo sobre o trabalho reprodutivo.

A pandemia agravou as condições do trabalho reprodutivo na esfera privada, com o fechamento das escolas, com a diminuição de alguns serviços oferecidos pelo setor da saúde, com a inflação dos produtos da cesta básica ²⁴ as famílias passam a ter que dar conta de sua reprodução em algumas esferas em que o Estado, em condições habituais, têm atuação (ainda que cada vez mais incipiente, devido ao ajuste estrutural). Esse impacto ocorre de maneira ampla nas cadeias do trabalho do cuidado, atingindo mulheres de variados setores da classe trabalhadora, porém com mais força as mulheres negras, parcela que tem uma colocação historicamente precarizada no mercado de trabalho²⁵. Segundo Relatório *SEM PARAR: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia* realizado pela Gênero e Número e SOF (Sempreviva Organização Feminista), ainda no início da pandemia²⁶ a pesquisa já mostrava que 50% das mulheres entrevistadas passara a cuidar de alguém durante a quarentena e que, dentre as entrevistadas, mesmo que apenas 11% dissesse morar sozinha,

²² Regras de teletrabalho que precarizam também servidores públicos: "As despesas com internet, energia elétrica, telefone e outras semelhantes são de responsabilidade do participante que optar pela modalidade de teletrabalho. Não haverá cômputo de horas extras ou de banco de horas. Também não haverá pagamento de auxílio transporte nem adicional noturno, exceto, no último caso, quando a atividade for necessária e desde que autorizada pela chefia imediata." Ver: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/julho/governo-federal-define-novas-regras-para-o-teletrabalho>

²³ 84,8% da população em trabalho remoto em novembro de 2020 encontrava-se no setor formal, segundo dados da PNAD COVID-19 Elaborados pelo Ipea. Carta de Conjuntura NÚMERO 50 — NOTA DE CONJUNTURA 8 — 1 ° TRIMESTRE DE 2021. Destaco que, apesar da aproximações dos trabalhadores uberizados e a modalidade de trabalho intermitente, os primeiros não possuem seu vínculo reconhecido legalmente, se enquadrando na "melhor das hipóteses" como Microempreendedor Individual.

²⁴ Ver: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/indicadores-ipea/>>.

²⁵ Ver: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2020/graficoNegros.pdf>>.

²⁶ O período de realização segundo as autoras foi de 27/04/2020 a 11/05/2020.

37% delas afirmaram ser as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado em suas casas.

Essa carga de trabalho sobre as mulheres, que muitas vezes estão também em regime remoto de seus empregos formais, produzem jornadas infinitas e intensificadas (entre trabalho produtivo e reprodutivo) e tem resultado, dentre muitos impactos, na saída de muitas mulheres do mercado de trabalho formal²⁷. Assim como o espaço doméstico, lugar majoritário da opressão de gênero sobre o capitalismo de acordo com as determinações que abordamos em 2.2.5, têm se mostrado efetivamente perigoso para as mulheres. De acordo com dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), houve um aumento médio de 14,1% no número de denúncias feitas ao Ligue 180, canal de denúncias de violência contra mulher, nos primeiros quatro meses de 2020 em comparação ao mesmo período de 2019²⁸.

Mas muitas mulheres tiveram que continuar trabalhando em seus postos de trabalho, muitas delas em funções essenciais e ligadas as esferas do trabalho reprodutivo assalariado, de reprodução da vida e não do lucro. Por exemplo, as mulheres representam no Brasil 79% da força de trabalho na saúde, recebendo os menores salários e correndo os maiores riscos²⁹. Outros setores que são majoritariamente ocupados por mulheres como Limpeza em Prédios e em Domicílios, trabalho em Restaurantes e Similares, Faxina, Operação de caixa, magistério, foram classificados como essenciais (com variações no período de acordo com o nível de contágio) também colocaram em risco milhares de mulheres, com dados que mostram aumento de mortes nessas categorias durante a pandemia³⁰. Existe ainda um enorme deficit de informações que digam sobre o contingente de infectados e mortos em setores informais, ocupações ainda mais desprotegidas e que em sua maioria precisam de amplo contato com outras pessoas, como venda de produtos na rua, catadores de latas e papel, trabalho de limpeza e do cuidado no ambiente doméstico não regularizado, entre outros, dentre esses também os trabalhadores por aplicativo.

²⁷ Ver: <<https://ilostat.ilo.org/fallout-of-covid-19-working-moms-are-being-squeezed-out-of-the-labour-force/>>

²⁸ Ver: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue-180-aumentam-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020>>

²⁹ Ver: <<http://anesp.org.br/todas-as-noticias/2020/4/16/a-guerra-tem-rosto-de-mulher-trabalhadoras-da-sade-no-enfrentamento-covid-19>>

³⁰ Os dados coletados pelo Sivep-Gripe, sistema do Ministério da Saúde para organização dos dados de pacientes da Covid possui um campo para ocupação, porém não é obrigatório. Os dados que identificam ocupações com aumento de número de mortes foi realizado pelo estúdio de inteligência de dados Lagom Data à pedido do EL PAÍS, através da análise do Novo Caged, ligado ao Ministério da Economia que registra mensalmente a causa de encerramento de contratos formais de emprego, incluindo mortes (porém sem especificação de causa), dessa forma foi utilizada uma comparação entre períodos pandêmicos e não pandêmicos, conceito de *Excesso de mortes*. Ver: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-05/caixas-frentistas-e-motoristas-de-onibus-registram-60-a-mais-de-mortes-no-brasil-em-meio-ao-auge-da-pandemia.html>>. Ver: <<https://lagomdata.com.br/coronavirus/>>.

Sobre o trabalho doméstico remunerado paira essa notável ausência de dados específicos de contaminação, condições de contaminação... As condições da maioria das trabalhadoras domésticas é de informalidade e precaridade o que representa grande risco para estas as trabalhadoras ³¹. Segundo os dados da PNAD Contínua³² referentes ao 4º trimestre de 2020, as condições das trabalhadoras domésticas piorou durante a pandemia. O levantamento mostra que as mulheres representam mais de 92% das pessoas ocupadas em trabalho doméstico remunerado, das quais mais de 65% são negras, o número total de trabalhadoras domésticas caiu de 6,4 milhões, em 2019, para 4,9 milhões, no final de 2020, a média nacional do rendimento mensal caiu de R\$ 924 para R\$ 876, também aumentou o número das domésticas chefes de família. A condição da reprodução social dessas mulheres e demais mulheres precarizadas tanto em seu trabalho reprodutivo assalariado como do voltado para sua própria sobrevivência se deteriora ainda mais com a interrupção do auxílio emergencial que em 2020 foi de R\$ 1.200 para as mães chefe de família e o aumento do preço dos alimentos, do transporte (33%) do ônibus urbano e de (0,56%) do trem, (0,66%) do preço dos aluguéis, de (1%) da taxa de água e esgoto e de (3%) do botijão de gás.³³

Ao meu ver todos estes processos evidenciam um projeto que já estava em curso de uma reestruturação produtiva, através de políticas neoliberais e avançadas tecnologias de gerenciamento, que externaliza os custos da reprodução social e precariza ainda mais os meios para reprodução da vida em detrimento da reprodução do capital, esse processo afeta majoritariamente as trabalhadoras por serem elas as responsabilizadas pelo trabalho do cuidado e da reprodução da vida. A partir de uma ideologia de empreendedorismo-inovação e falta de responsabilização das empresas-aplicativo e do governo sobre os direitos que garantiriam a reprodução social. Pela subsunção do trabalho ao capital têm-se uma cultura de individualização, competição que se esforça em invisibilizar o processo da reprodução da vida e das trabalhadoras que o realizam. Ao passo que quanto menos funções reprodutivas forem sociabilizadas ³⁴ mais trabalho reprodutivo será delegado às mulheres trabalhadoras. Há um certo frenesi quanto à um processo de digitalização³⁵, modernização e redução de custos que seguem em curso na reforma do governo, assim como neste momento em que o

³¹ Ver: <https://www.ilo.org/brasil/brasil/noticias/WCMS_742927/lang-pt/index.htm>.

³² Dados elaborados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Ver: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>>.

³³ Ver nota 23.

³⁴ Diminuição de áreas como saúde, educação, até mesmo o aumento do preço do gás faz com que muitas mulheres tenham aumento do seu trabalho doméstico tendo que procurar formas de cozinhar a lenha (Ver: <<https://oglobo.globo.com/economia/um-quinto-das-familias-brasileiras-ja-usa-lenha-ou-carvao-para-cozinhar-1-23682555>>), por exemplo.

³⁵ Trecho retirado do site do governo federal sobre o estudo de formas de contratação de startups: "A transformação digital é essencial para mudar o país(...) Em uma situação de crise fiscal, de vários servidores se aposentando, é preciso pensar em alternativas para realmente otimizar a estrutura de governo". Acesso 30 de Abril, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2019/04/governo-federal-estuda-formas-de-contratar-startups>>

teletrabalho se tornou a única opção para muitas ocupações, existem vários projetos do governo³⁶ e das empresas³⁷ interessados na continuação nesse modelo pós pandemia. Ao passo que a pauta neoconservadora da *família* segue sendo reafirmada³⁸ e a "igualdade" de gênero de mulheres brancas sendo conquistadas pela delegação do trabalho reprodutivo à mulheres racializadas.

A condição das trabalhadoras numa economia de austeridade para as condições de reprodução social e de incentivo às relações de uberização do trabalho ("soluções inovadoras para redução de custos") é de crescente exaustão e culpabilização. Entre expectativas sociais de serem empreendedoras de sucesso, terem que educarem bem seus filhos, ser influenciadora e manter a positividade, sua empregabilidade, de não terem direito ao corpo e sua reprodução, mas também de não poder criar seus filhos se os tiverem, na ausência de tempo entre seus vários empregos precários, sobre um Estado cada vez mais violento e um modelo de capitalismo crescentemente centralizado e autoritário, as mulheres encontram-se exaustas.

A esfera da reprodução social é o ponto de partida para denunciar essa exploração, colocando na raiz das lutas e reivindicações sociais a busca por condições de existência, da reprodução da vida. Se os novos modos dispersos de gerenciamento, de incertezas sobre remuneração, de captura do trabalho através de técnicas como a gamificação, têm se colocado na aparência como uma "oportunidade de empreender" em economias de austeridade com menos postos de emprego, ou mesmo em momentos de pandemia, a TRS pergunta: Quais condições de reprodução da vida esses tipos de relações de trabalho têm gerado?

Colocar a reprodução da vida acima da reprodução ampliada do capital se coloca como tarefa urgente não apenas para a libertação da opressão das mulheres baseadas na responsabilização pelo trabalho reprodutivo, mas de ir contra uma ideia de "modernização" e austeridade que têm instrumentalizado a intensificação da exploração, da vida e dos recursos da terra.

³⁶ Ver: **Teletrabalho ganha força nos órgãos da Administração Pública Federal**. Acesso em 30 de Abril, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/dezembro-1/teletrabalho-ganha-forca-nos-orgaos-da-administracao-publica-federal>>

³⁷ Ver: **Mercer divulga a maior pesquisa brasileira sobre uso de home office e práticas de trabalho remoto e flexível durante a crise do COVID-19**: 78% das 609 organizações do estudo adotam home office, trabalho remoto ou jornada flexível. Acesso em 30 de Abril, 2021. Disponível em: <<https://www.mercer.com.br/newsroom/praticas-de-trabalho-flexivel-e-remoto.html>>

³⁸ Ver: Projeto de Lei nº 5435, de 2020, ficou conhecido como **Bolsa estupro**.

ver: Prêmio Melhores Práticas em Equilíbrio Trabalho-Família - 1ª. Edição. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/premio-melhores-praticas-em-equilibrio-trabalho-familia-1a-edicao-1>>.

5 Considerações Finais

Esse trabalho de conclusão de curso representou um esforço de buscar compreender as formas como a uberização do trabalho têm impactado a vida das mulheres, especificamente no Brasil, com uma perspectiva da totalidade social recuperada pela Teoria da Reprodução Social. Busquei identificar alguns fatores que têm condicionado as formas da reprodução social no Brasil atual, na intenção de compreender como essas configurações têm servido às novas formas de organização do trabalho no contexto do nosso país.

Essa questão se mostra ainda mais relevante num momento de aprofundamento da crise econômica, do cuidado, ambiental, alimentar, que têm se configurado no momento histórico da pandemia de covid-19, onde no Brasil a contradição capital-trabalho e da essencialidade do trabalho reprodutivo para o capital tornam-se ainda mais dramáticas. É visto um esforço de setores da sociedade para reabertura de escolas, do comércio, por outro lado mais uma vez a saúde pública mostrou seu papel vital, essencial para saúde dos trabalhadores e para uma manutenção da vida de maneira coletiva mesmo de classes antagônicas. Momento em que o trabalho dos entregadores por aplicativo, das enfermeiras e cuidadoras, do trabalho reprodutivo em âmbito do lar demonstraram ao mesmo tempo sua fundamentalidade e sua precariedade, sendo super explorados e mais uma vez expostos aos riscos e obrigados a lidar com ele de forma individual.

Minha revisão de literatura aliada a uma análise do atual contexto da condição das mulheres no Brasil me levam a crer que a uberização, as novas formas de controle que permitem uma massa dispersa de trabalhadores subordinados, aliada a uma política de Estado neoliberal de austeridade, a um discurso do empreendedorismo, aprofundam ainda mais a exploração sobre as mulheres trabalhadoras na reprodução da vida. Vimos sobre a relação contraditória-porém-necessária do capital com a reprodução social da força de trabalho, de que apesar de necessitar da reprodução de sua mercadoria especial, tentará reduzir seu custo ao máximo, pois extrair mais trabalho produtivo para a valorização do valor é seu objetivo primordial. Dessa maneira a classe dominante se esforçará em moldar as formas sociais às suas necessidades, em detrimento da reprodução da vida da classe expropriada. Ao não garantir aos trabalhadores uberizados garantias mínimas sobre a remuneração de seu trabalho, ao externalizar todos os riscos, desde os meios de reprodução da vida e mesmo as condições para reprodução do capital das próprias empresa-aplicativo, estão moldando novas formas necessariamente mais degradantes para a reprodução da vida, de constante insegurança. Delegando o autogerenciamento subordinado aos trabalhadores isentam-se de seus impactos concretos na vida dessa classe de expropriados.

Reforço aqui que este trabalho se coloca como uma pequena contribuição em uma

área extensa e ainda pouco analisada. Os estudos da Uberização do trabalho embora com vasta literatura ainda é uma área nova e em constituição de suas categorias, vejo que talvez seja apropriado para trabalhos futuros fazer um recorte que diferencie as formas como o crowdsourcing e o trabalho sob demanda se relacionam com a reprodução social. Ademais, os estudos das metodologias capazes de trazer dados quantitativos sobre esse processo ainda estão em pleno debate. Da mesma forma que ainda são escassos estudos específicos que relacionem a uberização a opressão de gênero.

Coloco neste trabalho minha contribuição e expresso minha compreensão da necessidade de aprofundamento desse estudo, tanto quantitativa como qualitativamente, sobre os impactos da uberização sobre a vida das mulheres e na reprodução da vida. Considero o tema de fundamental relevância para uma perspectiva crítica da ideologia do empreendedorismo e do empoderamento tão difundidas e, de certo modo, aceitas atualmente por um amplo espectro político e mesmo entre alguns setores da esquerda. O retorno que ofereço à sociedade e à Universidade Pública pelo investimento coletivo em minha formação se dá nesse propósito de apresentar uma perspectiva dissonante, que busca a essência da reestruturação dos processos de exploração. Assim, apresentar essa pesquisa e suas conclusões em eventos, publicações, grupos de estudo ou em coletivos e movimentos sociais se mostra fundamental.

Por último, mas não menos importante, afirmo mais uma vez que a Teoria da Reprodução Social é nosso principal instrumento para compreender criticamente a realidade complexa que se apresenta, trazendo para o centro do debate a valorização da reprodução da vida na luta contra os interesses da classe que, expropriando os povos e a terra, busca estabelecer acima de tudo a reprodução ampliada do capital.

Referências

- ABÍLIO, L. C. *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2015. Citado 2 vezes nas páginas 38 e 39.
- ABÍLIO, L. C. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. *Passa Palavra*, v. 19, n. 02, 2017. Citado 2 vezes nas páginas 9 e 33.
- ABÍLIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41–51, 2019. Citado na página 30.
- ABÍLIO, L. C. Plataformas digitais e uberização: a globalização de um sul administrado? *Revista Contracampo*, v. 39, n. 1, 2020. Citado na página 31.
- ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? 1. *Estudos avançados*, SciELO Brasil, v. 34, n. 98, p. 111–126, 2020. Citado 6 vezes nas páginas 35, 36, 38, 39, 40 e 41.
- ALVES, G. Toyotismo e subjetividade: as formas de desefetivação do trabalho vivo no capitalismo global. *Revista Org & Demo*, v. 7, n. 1/2, p. 89–108, 2006. Citado na página 37.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, SciELO Brasil, v. 25, n. 87, p. 335–351, 2004. Citado 2 vezes nas páginas 26 e 27.
- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2019. Citado 2 vezes nas páginas 11 e 22.
- BARRON, K.; KUNG, E.; PROSERPIO, D. The effect of home-sharing on house prices and rents: Evidence from airbnb. *Marketing Science*, INFORMS, v. 40, n. 1, p. 23–47, 2021. Citado na página 29.
- BHATTACHARYA, T.; VIRÍSSIMO, L. Explicando a violência de gênero no neoliberalismo. *Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx*, v. 7, n. 12, p. 13–37, 2019. Citado 2 vezes nas páginas 19 e 20.
- BIANCONI, G. et al. *SEM PARAR o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. [S.l.], 2020. Nenhuma citação no texto.
- BUNCHBALL, I. Gamification 101: An introduction to the use of game dynamics to influence behavior. *White paper*, v. 9, 2010. Citado 2 vezes nas páginas 37 e 38.
- COSTA, A. C. S.; MARCHIORI, P. Z. Gamificação, elementos de jogos e estratégia: uma matriz de referência. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 6, n. 2, p. 44–65, 2015. Citado na página 37.
- CSIKSZENTMIHALYI, M.; CSIKSZENTMIHALY, M. *Flow: The psychology of optimal experience*. [S.l.]: Harper & Row New York, 1990. v. 1990. Citado na página 38.

DIEESE. *PEC 06/2019: as mulheres, outra vez, na mira da reforma da Previdência*. [S.l.]. Nenhuma citação no texto.

EISENSTEIN, Z. Developing a theory of capitalist patriarchy and socialist feminism. *Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism*, Monthly Review Press New York, p. 5–40, 1979. Citado na página 12.

FEDERICI, S. Calibã e a bruxa. *Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, v. 2002, 2017. Citado na página 17.

FERGUSON, S.; MCNALLY, D. Capital, força de trabalho e relações de gênero. *Revista Outubro*, n. 29, p. 23–59, 2017. Citado 3 vezes nas páginas 12, 14 e 17.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Revista Contracampo*, v. 39, n. 1, 2020. Citado 2 vezes nas páginas 31 e 33.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx*, v. 5, n. 8, p. 45–67, 2017. Citado 2 vezes nas páginas 34 e 41.

FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. In: . [S.l.: s.n.], 2012. Citado na página 22.

GRAMSCI, A. *Americanismo e fordismo*. [S.l.]: Universale economica, 1950. Citado na página 25.

HARTMANN, H. Capitalism, patriarchy, and job segregation by sex. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, University of Chicago Press, v. 1, n. 3, Part 2, p. 137–169, 1976. Citado na página 12.

HARVEY, D. O neoliberalismo. *História e implicações*. São Paulo: Loyola, 2005. Citado na página 13.

HIRATA, H. O trabalho de cuidado. *Sur: revista internacional de direitos humanos*, São Paulo, v. 13, p. 53–64, 2016. Citado na página 21.

IBGE. *BRASIL A inserção da população negra e o mercado de trabalho*. [S.l.], 2020. Nenhuma citação no texto.

IBGE. *trabalho doméstico no Brasil*. [S.l.], 2020. Nenhuma citação no texto.

LEITE, V. “em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, SciELO Brasil, n. 32, p. 119–142, 2019. Citado na página 43.

MARTINS, V. Crise e reestruturação do capital: a busca pela recomposição das taxas de acumulação/crisis and capital restructuring: the quest for recovery of rates of accumulation. *Textos e Contextos (Porto Alegre)*, v. 13, n. 1, p. 87–101, 2014. Citado na página 27.

MARX, K. *Capital: a critique of political economy*, 3 vols. 1976. Citado 2 vezes nas páginas 14 e 16.

- MARX, K. O capital. livro 1, tomo 2. In: _____. São: Nova Cultural, 1985. cap. 19. Citado na página 34.
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. [S.l.]: Boitempo editorial, 2015. Citado na página 16.
- MEDEIROS, M. A trajetória do welfare state no brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2001. Citado na página 25.
- MEDINA, M.; FERTING, C. *Algoritmos e programação: teoria e prática*. [S.l.]: Novatec Editora, 2006. Citado na página 31.
- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2020. Citado na página 30.
- MORAES, L. d. C. G. O discurso da "cortina de fumaça" e o desvelamento das relações entre capitalismo e patriarcado no brasil conservador e ultraliberal. *Contrarreformas ou revolução: Respostas ao capitalismo em crise*, v. 1, p. 96–108, 2020. Citado na página 44.
- MORITZ, M. L.; RITA, M. B. Mídia impressa e gênero na construção do impeachment de dilma rousseff. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, SciELO Brasil, v. 43, n. 2, p. 203–223, 2020. Citado na página 43.
- PEREIRA, J. M. M. O banco mundial e a construção política dos programas de ajustamento estrutural nos anos 1980. *Revista Brasileira de História*, SciELO Brasil, v. 33, n. 65, p. 359–381, 2013. Citado na página 27.
- PRADO, C. Liberdade e não-liberdade em o capital de karl marx. *Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia*, v. 3, n. 7, 2011. Citado na página 16.
- RAFAGNIN, M. S. S. Reflexos da reforma trabalhista para gestantes e lactantes. *Argumentum*, v. 11, n. 1, p. 230–245, 2019. Citado na página 44.
- RIBEIRO, A. de F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. *Lutas Sociais*, v. 19, n. 35, p. 65–79, 2015. Citado 2 vezes nas páginas 25 e 26.
- RUAS, R. Teoria da reprodução social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Revista Direito e Práxis*, SciELO Brasil, v. 12, n. 1, p. 379–415, 2021. Citado 3 vezes nas páginas 11, 13 e 16.
- SASSEN, S. Toward an alternative narrative about globalization: Global cities and survival circuits. *Cahiers du Genre*, L'Harmattan, n. 1, p. 67–89, 2006. Citado na página 21.
- SLEE, T. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. [S.l.]: Editora Elefante, 2019. Citado 4 vezes nas páginas 9, 28, 30 e 36.
- UNTERBERG, B. Crowdsourcing (jeff howe). In: NOMOS VERLAGSGESELLSCHAFT MBH & CO. KG. *Social Media Handbuch*. [S.l.], 2010. p. 121–136. Citado na página 36.
- VASCONCELLOS, M. A. de; SILVA, R. H. da. O mundo do trabalho, a moral e as transformações do capitalismo. *AEDOS*, v. 7, n. 17, p. 190–210, 2015. Citado na página 25.

- VIEIRA, B. Mulheres negras no brasil: trabalho, família e lugares sociais. [sn], 2018. Citado na página 41.
- VOGEL, L. Marxism and the oppression of women: Toward a unitary theory. Brill, 1983. Citado 3 vezes nas páginas 13, 14 e 17.
- VOGEL, L. *Marxism and the oppression of women: Toward a unitary theory*. [S.l.]: Brill, 2013. Citado 3 vezes nas páginas 15, 16 e 18.
- YOUNG, I. M. Toward a critical theory of justice. *Social theory and practice*, JSTOR, v. 7, n. 3, p. 279–302, 1981. Citado na página 12.
- ZUBOFF, S. *Das Zeitalter des Überwachungskapitalismus*. [S.l.]: Campus Verlag, 2018. Citado na página 31.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Ata de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais (Bacharelado).

Trata a presente ata da avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação do(a) aluno(a) **MIRNA TETZNER RAMOS**, matrícula **2015100385**, intitulado **UBERIZAÇÃO E TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: REPERCUSSÕES NA VIDA DAS MULHERES**

Compuseram a banca de avaliação as professoras Lívia de Cássia Godoi Moraes/UFES (Orientadora), Ana Paula Fregnani Colombi/UFES (convidada interna) e Arelys Esquenazi Borrego/Universidade de Havana-UFES (convidada externa) que, após leitura e análise do trabalho lhe atribuíram a seguinte avaliação:

Avaliador	Nota
Orientadora	10,0
Convidada interna	10,0
Convidada externa	10,0
Média final	10,0
Situação Final	(x) Aprovado sem restrições () Aprovado com restrições () Reprovado

Proclamados os resultados, lavrei a presente ata juntamente com os membros da banca examinadora

Lívia de Cássia Godoi Moraes (Orientador)

Ana Paula Fregnani Colombi (Convidada)

P/ Lívia de Cássia Godoi Moraes (devido à pandemia)

Arelys Esquenazi Borrego (Convidada)

Restrições a serem corrigidas

Vitória, 21 de maio de 2021

Orientador (Lívia de Cássia Godoi Moraes, SIAPE 2277171)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
LIVIA DE CASSIA GODOI MORAES - SIAPE 2277171
Departamento de Ciências Sociais - DCS/CCHN
Em 21/05/2021 às 16:01

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/195074?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ANA PAULA FREGNANI COLOMBI - SIAPE 3143704
Departamento de Economia - DE/CCJE
Em 21/05/2021 às 18:52

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/195260?tipoArquivo=O>